



Relatório de Gestão

2019

Índice

1	Apresentação e Enquadramento.....	5
1.1	Apresentação da Empresa.....	5
1.2	Missão, Visão e Valores.....	5
1.2.1	Missão.....	5
1.2.2	Visão	5
1.2.3	Valores	6
1.3	Estrutura Organizacional	6
2	Estratégia e objetivos	7
2.1	Objetivos estratégicos.....	7
3	Atividade da Mobi.E, S.A.	7
3.1	Enquadramento.....	7
3.2	Atividades mais relevantes em 2019	9
3.3	Riscos associados à atividade da MOBI.E, S.A.....	11
3.3.1	Insuficiência de Recursos Humanos	11
3.3.2	Excessiva dependência de terceiros.....	11
3.4	Situação Atual da rede Mobi.E.....	13
4	Plano de Investimentos	19
5	Análise Económico Financeira	20
5.1.1	Receitas Operacionais	20
5.1.2	Gastos Operacionais	21
5.1.3	Recursos Humanos	21
5.1.4	Fornecimentos e Serviços Externos.....	22
5.1.5	Estrutura de Resultados	23
5.1.6	Endividamento.....	23
5.1.7	Estrutura Patrimonial	23
6	Proposta de Aplicação de Resultados	25
7	ANEXOS.....	26

7.1	Cumprimento das Orientações Legais	26
7.1.1	Objetivos de Gestão	26
7.1.2	Gestão do risco financeiro.....	27
7.1.3	Limite de crescimento do endividamento.....	27
7.1.4	Prazo Médio de Pagamentos.....	27
7.1.5	Cumprimento das recomendações emitidas pelo acionista na aprovação da última prestação de contas.	27
7.1.6	Remunerações.....	28
7.1.7	Aplicação do disposto nos art. 32º e 33º do EGP.....	30
7.1.8	Despesas não documentadas ou confidenciais.....	30
7.1.9	Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.....	30
7.1.10	Relatório sobre prevenção da corrupção	30
7.1.11	Contratação Pública.....	30
7.1.12	Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	31
7.1.13	Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais.....	31
7.1.14	Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no nº 7 do artigo 49º do DLEO 2019	31
7.1.15	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, artigo 141º da LOE 2019 e artigo 115ª da DLEO 2019)	31
7.1.16	Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado.....	31
7.1.17	Informação que se encontrava divulgada em 31 de dezembro de 2019 no sítio da internet do SEE (portal da DGTF).	32
7.1.18	Cumprimento das obrigações legais	32
7.2	Demonstrações Financeiras	33
7.2.1	Balanço	33
7.2.2	Demonstração de Resultados.....	34
7.2.3	Demonstração de Fluxos de Caixa.....	35
7.2.4	Demonstração das Alterações no Património Líquido.....	36

7.3	Anexo ao Balanço e Demonstrações Financeiras.....	6
7.4	Relatório do Revisor Oficial de Contas.....	14

Índice de Figuras

Figura 1 - Organograma.....	6
Figura 2 – Evolução do Nº de Agentes da Mobilidade Elétrica.....	14
Figura 3 – Evolução do consumo de energia na rede MOBI.E	15
Figura 4 – Evolução da Repartição dos consumos de energia entre PCN e PCR	16
Figura 5 – Evolução do Nº de Utilizadores e do Nº de Carregamentos	16
Figura 6 – Evolução do consumo médio por carregamento	17
Figura 7 – Evolução da poupança de emissões.....	18
Figura 8 – Nº de chamadas recebidas pelo serviço de atendimento telefónico	18
Figura 9 – Repartição dos assuntos tratados pelo serviço de atendimento telefónico.....	19

Índice de Quadros

Quadro 1 – Infraestrutura de carregamento	13
Quadro 2 – Cobertura geográfica da rede MOBI.E	13
Quadro 3 – Número de cartões em circulação	14
Quadro 4 – Investimentos.....	20
Quadro 5 – Receitas Operacionais da MOBI.E, S.A.	21
Quadro 6 – Recursos Humanos	22
Quadro 7 – Fornecimentos e Serviços Externos	23
Quadro 8 – Estrutura de Resultados	23
Quadro 9 – Estrutura Patrimonial	24

1 Apresentação e Enquadramento

1.1 Apresentação da Empresa

A MOBI.E, S.A. foi constituída a 19 de abril de 2011 sob a forma de sociedade anónima, com um capital social no valor de 50.000€, detida a 100% pela INTELI – Inteligência em Inovação, Centro de Inovação. A MOBI.E, S.A. (denominada originalmente MOBI.E International, S.A.) tinha como objetivo a internacionalização do modelo de mobilidade elétrica nacional, mas devido à crise económica e financeira a empresa esteve sem atividade até 2015.

Por Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado a 6 de fevereiro de 2015 entre a INTELI e o Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”), a totalidade das ações representativas do capital social da MOBI.E, S.A. foram transferidas para a posse da DGTF, pelo valor global de € 1 (um euro).

Deste contexto resulta que a MOBI.E, S.A. iniciou a sua atividade operacional já no decorrer do ano de 2015, tendo vindo a assumir as suas responsabilidades, nos termos do mandato que lhe foi concedido. O Despacho nº 6826/2015, de 11 de junho, do Senhor Secretário de Estado da Energia, indica a MOBI.E, S.A. para Entidade Gestora da Rede de Mobilidade Elétrica nacional (“EGME”), até 12 de junho de 2018, nos termos do Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, alterado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 170/2012, de 1 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 90/2014, de 11 de junho.

Nos termos da legislação em vigor a MOBI.E, S.A. tem visto o seu mandato enquanto EGME renovado anualmente.

1.2 Missão, Visão e Valores

1.2.1 Missão

Gerir e monitorizar a rede de Mobilidade Elétrica (“rede Mobi.E”), em termos de fluxos elétricos, de informação e financeiros.

1.2.2 Visão

Assumir-se como o dinamizador e o facilitador do processo de transição e afirmação da mobilidade elétrica em Portugal.

1.2.3 Valores

- M** **udança** – a MOBI.E, S.A. está associada ao processo de transformação que assegure uma mobilidade mais sustentável para a sociedade;
- O** **rientação para o mercado** – a MOBI.E, S.A. está permanentemente atenta às necessidades do mercado;
- B** **em fazer e servir** – a MOBI.E, S.A. tem como desígnio fazer bem o que se propõe, de forma a servir cada vez melhor os seus *stakeholders*;
- I** **novação** – a MOBI.E, S.A. está em constante renovação, procurando e desenvolvendo as soluções que, em cada momento, melhor respondam às necessidades do mercado;
- É** **tica e Transparência** – a MOBI.E, S.A. rege-se por uma conduta que privilegia os mais elevados padrões éticos, executando as suas ações de forma transparente e íntegra.

1.3 Estrutura Organizacional

Durante o ano de 2019 ocorreu a primeira alteração na composição do Conselho de Administração da MOBI.E, S.A..

Os atuais membros do Conselho de Administração foram nomeados através de Deliberação Social Unânime em 25 de julho de 2019 para o triénio 2019-2021. Este novo Conselho de Administração, com base, na microestrutura existente, definiu o modelo organizacional possível, de forma a aumentar a eficiência da empresa.



Figura 1 - Organograma

2 Estratégia e objetivos

2.1 Objetivos estratégicos

No Plano de atividades para 2019 a Mobi.E, S.A. tinha definidos os seguintes objetivos estratégicos:

1. Garantir a existência de uma Rede de Mobilidade Elétrica em Portugal em pleno funcionamento, assegurando a integração de todos os pontos de carregamentos existentes, a interoperacionalidade das várias propostas do mercado, fomentando a concorrência e a livre escolha dos utilizadores de veículos elétricos;
2. Promover a Mobilidade Elétrica em Portugal, criando condições para uma maior adoção de veículos elétricos;
3. Promover o alargamento da Rede de Mobilidade Elétrica, nomeadamente a sua expansão para espaços privados, quer de acesso público, quer de acesso privado;
4. Monitorizar o funcionamento da rede de mobilidade elétrica e respetivo impacto no país, disponibilizando a respetiva informação a todos os interessados;
5. Garantir a integração da Rede de Mobilidade Elétrica nacional nas várias redes e iniciativas internacionais, assegurando a interoperacionalidade do sistema nacional e o acesso dos utilizadores nacionais às diversas redes internacionais, nomeadamente às europeias;

Atendendo que a Mobilidade Elétrica atravessa um momento de transição entre a Fase Piloto do programa da Mobilidade Elétrica e a Fase de Mercado tem vindo a dedicar uma particular atenção aos pontos 1. 3. e 4..

3 Atividade da Mobi.E, S.A.

3.1 Enquadramento

O Programa para a Mobilidade Elétrica foi proposto pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2009, de 20 de fevereiro, segundo a qual o Governo Português entendeu, no âmbito da execução do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008, de 20 de maio, “criar condições para a massificação do veículo elétrico, garantindo uma infraestrutura adequada à evolução do parque de veículos elétricos e o desenvolvimento de um modelo de serviço que permita a qualquer cidadão ou organização o acesso a toda e qualquer solução de mobilidade elétrica fornecida por qualquer construtor de veículos elétricos”.

De acordo com o memorando assinado pelo Governo Português com a aliança Renault-Nissan, a infraestrutura prevista na RCM n.º 20/2009, de 20 de fevereiro, foi dimensionada em 1.350 pontos de carregamento, instalados em 25 municípios. Para tal, o Governo solicitou o desenvolvimento de uma solução tecnológica que englobasse não só os pontos de carregamento de veículos elétricos (VE), como também toda a componente de gestão da rede de carregamento e do negócio associado e, através do Decreto-Lei nº 39/2010, de 26 de abril, criou a Fase Piloto de Mobilidade Elétrica, a decorrer entre janeiro de 2010 e dezembro de 2012, que tinha como meta fundamental o desenvolvimento, a instalação e a operação em Portugal da referida infraestrutura, a qual se assumia única e centrada no utilizador.

O lançamento da Rede iria permitir acelerar a introdução de veículos elétricos no país, aproveitando os elevados níveis de energia renovável já presentes no mix energético nacional, bem como posicionar Portugal como a região do globo por excelência para o desenvolvimento, teste e introdução no mercado de soluções de mobilidade inteligente.

Em resposta à solicitação do Governo, um consórcio de entidades nacionais, liderado pela INTELI e composto pela EFACEC, a Novabase, a Critical Software e o CEIIA, apresentou uma solução tecnológica totalmente interoperável e concorrencial baseada no modelo de mobilidade MOBI.E, a qual viria a ser desenvolvida e implementada no âmbito da Fase Piloto da Mobilidade Elétrica.

O Decreto-Lei nº 39/2010, de 26 de abril, veio criar o primeiro enquadramento jurídico para o desenvolvimento das atividades de mobilidade elétrica em Portugal sendo o primeiro também a nível mundial. O modelo proposto está centrado em três tipologias de entidades: os operadores de pontos de carregamento (OPC), os comercializadores de eletricidade para a mobilidade elétrica (CEME) e a entidade gestora de operações da rede de mobilidade elétrica (EGME). Desta forma promove-se a concorrência nas atividades de operação de pontos de carregamento e comercialização de energia, enquanto que a atividade de gestão de operações é uma atividade regulada.

Cumprindo as orientações referidas, a 30 de abril de 2010 foi criada a SGORME - Sociedade Gestora de Operações da Rede de Mobilidade Elétrica, S.A.. Esta sociedade, inicialmente, totalmente participada pela EDP Distribuição – Energia, S.A., passou a ser detida, em 2011, por esta última em 91% e pela INTELI – Inteligência em Inovação, Centro de Inovação, em representação do Estado Português, com 9%.

Esteve previsto, desde o início, que a SGORME tivesse como acionistas todas as empresas envolvidas no ecossistema da mobilidade elétrica. No entanto, devido ao facto de a EDP Distribuição deter uma participação maioritária, as restantes entidades nunca manifestaram qualquer interesse em entrar no capital acionista da sociedade.

A SGORME, S.A., no âmbito das suas atribuições, estabeleceu os contratos necessários para a comunicação dos postos de carregamento com o sistema central de gestão da rede, para a implementação de um *Call Center* de apoio aos utilizadores da rede e para o fornecimento de energia elétrica aos postos de carregamento. Estes contratos deveriam ser mantidos até ao final de 2012, altura em que a mobilidade elétrica passaria a funcionar em regime de mercado, e os contratos seriam transferidos para os operadores.

A alteração de Governo em 2011 veio congelar a implementação do projeto e a respetiva passagem para a fase de mercado. Em 2013, as matérias da mobilidade elétrica passaram para o Ministério do Ambiente, mais concretamente para a Secretaria de Estado da Energia, onde voltaram a ser consideradas prioritárias.

Neste enquadramento, foi publicado o Decreto-Lei nº 90/2014, de 11 de junho, que introduziu algumas alterações ao regime jurídico da mobilidade elétrica, mas que, no essencial, manteve as características do modelo português inicialmente definidas, com o foco no utilizador e a garantia da interoperabilidade de todo o sistema, num quadro de concorrência nas atividades de operação de postos de carregamento e de comercialização de energia para a mobilidade elétrica.

No decorrer de 2015 e 2016 foram publicadas as Portarias que regulamentam o referido decreto-lei. No final de 2015, com a mudança do Governo, a mobilidade elétrica, veio assumir uma importância estratégica, definida como desígnio nacional, mantendo-se no Ministério do Ambiente, mas transitando para a esfera da Secretaria de Estado da Mobilidade.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2016, de 8 de junho, veio determinar que a MOBI.E, S.A. deveria adquirir, instalar e ligar à rede os carregadores da 2.ª fase da rede piloto com o financiamento do POSEUR do Portugal 2020, sendo a comparticipação nacional assegurada pelo Fundo Ambiental.

3.2 Atividades mais relevantes em 2019

A atividade da Mobi.E, S.A. em 2019 centrou-se assim em duas áreas fundamentais, por um lado, prosseguir os trabalhos com vista à concretização da instalação da rede piloto e, por outro, enquanto EGME, criar as condições que permitam a transição da mobilidade elétrica para a fase plena de mercado.

Concretização da rede piloto Mobi.E

Assim, durante o ano de 2019 e relativamente à 1ª fase da rede piloto continuou-se a atualização tecnológica, estando já atualizados mais de 200 postos de carregamento normal ("PCN"), terminou-se a substituição dos 100 PCN para postos com maior potência.

Relativamente à 2ª fase da rede piloto constituída pela instalação de um PCN em 202 municípios, de forma a garantir que todos os municípios do Continente passam a dispor de uma instalação deste tipo, o processo sofreu atrasos em virtude de uma ação litigiosa interposta por um concorrente do concurso para a instalação dos 202 postos de carregamentos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Em finais de 2018, o Tribunal tomou a decisão de julgar improcedente a ação e a absolver a Mobi.E, S.A., pelo que só durante o primeiro trimestre de 2019 foi possível adjudicar o contrato com o concorrente vencedor.

Desta forma, no final do ano estavam instalados 50 postos de carregamento, devendo a conclusão deste processo ocorrer até ao final do primeiro trimestre de 2020.

No final do ano, a MOBI.E, S.A. procedeu ao lançamento do Concurso Público Internacional com vista à concessão de todos os PCN que constituem a rede piloto.

Função EGME

A Mobi.E, S.A garantiu a gestão dos fluxos de informação, de carregamentos e financeiros que permitiram o funcionamento normal da rede de Postos de Carregamento Rápido ("PCR"), cujos carregamentos passaram a ser pagos desde novembro de 2018.

O correto funcionamento do sistema MOBI.E permitiu que em abril de 2019 se desse mais um passo no sentido da sua afirmação, passando os carregamentos na rede privada de postos PCN de acesso público a serem também pagos.

Ao mesmo tempo, a Mobi.E, S.A. colaborou ativamente com as diversas entidades com vista à revisão do Regulamento da Mobilidade Elétrica ("RME") que veio a ser aprovado pela ERSE em 4 de novembro.

Também em novembro a MOBI.E, S.A. deixou de emitir ou proceder à substituição de cartões de carregamento passando essa competência exclusiva para os CEME.

Projetos Internacionais

De forma a garantir a interoperabilidade da rede MOBI.E com outras redes de carregamento de veículos elétricos europeias, a MOBI.E, S.A., durante 2019, continuou a participar em dois projetos comunitários:

- CIRVE_PT – Instalação de Postos de Carregamento Rápidos e garantir uma solução interoperável com os Postos de Carregamento Rápidos em Espanha, em colaboração com o CEiiA e o Grupo Galp;
- IDACS – Para assegurar a interoperabilidade dos sistemas dos Postos de Carregamento em vários países da União Europeia.

3.3 Riscos associados à atividade da MOBI.E, S.A.

3.3.1 Insuficiência de Recursos Humanos

O facto de ser uma empresa recente e ter estado focada na criação da rede piloto Mobi.E, a MOBI.E, S.A nunca dispôs de uma estrutura de RH dimensionada para as suas efetivas necessidades, o que tem prejudicado significativamente a sua capacidade de resposta e obrigado a uma excessiva dependência de terceiros para executar tarefas críticas para a sua atividade quer enquanto EGME, quer como EPR.

A equipa da MOBI.E, S.A., para além do seu Conselho de Administração que, devido à reduzida dimensão da equipa, é responsável por muito trabalho técnico, é composta por apenas quatro elementos:

- 1 Assessor do Conselho de Administração/Responsável de Contratos;
- 1 Coordenador de Sistemas e Mobilidade;
- 1 Coordenador de *Intelligence* e Monitorização da Rede;
- 1 Assistente Administrativo da Administração.

Esta estrutura mínima foi criada para responder à fase inicial onde a prioridade estava na criação da rede piloto Mobi.E, com a entrada na fase comercial desta rede, as exigências em termos de capacidade de resposta, de celeridade e qualidade irão tornar-se significativamente maiores, conforme imposto, no que respeita à atividade regulada pela recente revisão do RME ao mesmo tempo que, naturalmente, a sua operação também vai gradualmente adquirindo uma maior complexidade.

3.3.2 Excessiva dependência de terceiros

A solução encontrada para ultrapassar a falta de recursos internos assentou na subcontratação, num nível tal que acaba por comprometer a autonomia de execução e, por vezes, até de decisão da própria empresa.

Nalgumas situações, sem qualquer ganho de eficiência, uma vez que o *know-how* exigido é tão específico que o mercado não dispõe de oferta (p. ex. contabilidade pública).

i) Operacional

Toda a atividade da MOBI.E, S.A. enquanto EGME está desenvolvida em plataformas eletrónicas.

O funcionamento da rede Mobi.E assenta na plataforma Mobi.Me desenvolvida pelo Centro de Excelência para a Inovação da Indústria Automóvel (CEiiA).

Face à insuficiência de Recursos Humanos, a MOBI.E, S.A., nunca teve oportunidade para desenvolver internamente competências que lhe permitisse autonomizar determinadas tarefas enquanto gestor operacional da aplicação (como, recolha e tratamento de informação essencial à sua atividade enquanto EGME, suporte a utilizadores finais). Para tudo, o que envolva a plataforma necessita que um técnico do CEIIA o faça, dentro das suas prioridades e disponibilidades, condicionando e limitando a capacidade de resposta da MOBI.E, S.A..

Em setembro de 2019, o CEIIA comunicou à Mobi.E, S.A. que tinha transferido os seus ativos relacionados com a Plataforma Mobi.Me para uma nova entidade a Gowithflow (FLOW) cuja estrutura acionista é constituída por 99% grupo Galp e 1% CEIIA. Esta transação veio obrigar a MOBI.E, S.A. a refletir sobre a necessidade de encontrar um novo equilíbrio para a gestão desta componente essencial para a sua atividade, atendendo que o principal acionista da FLOW é também um *player* relevante no mercado da mobilidade elétrica, pelo que não poderia simplesmente assumir o papel que o CEIIA tinha na gestão da plataforma Mobi.Me.

Desta forma, foi encetado processo negocial tripartido que tem por base o estabelecimento de um novo acordo com as seguintes premissas: i) a MOBI.E, S.A. irá desenvolver uma nova plataforma que ficará na sua titularidade; ii) a MOBI.E, S.A. no curto prazo assumirá o suporte operacional da Plataforma Mobi.Me de forma a limitar o acesso da FLOW à base de dados; iii) até a nova plataforma estar operacional a rede Mobi.E continuará a funcionar na Plataforma Mobi.Me não podendo a FLOW ter acesso à informação d base de dados.

A gestão da comunicação é também crítica para a atividade operacional da empresa, sendo nesta área essencial a utilização do site, como ferramenta de excelência para divulgação de um mercado que começa a dar os primeiros passos. Neste âmbito a empresa está totalmente dependente de terceiros (para a colocação de informação no portal e gestão de informação do site), acabando por refletir-se na ocorrência de atrasos na divulgação de informação essencial, sem qualquer controlo da Mobi.E, S.A., gerando críticas dos destinatários, com impactos negativos na imagem da empresa.

ii) Financeira e Controlo Orçamental

A empresa não dispõe de qualquer colaborador com *know-how* nesta área, tendo recorrido aos serviços de uma contabilista externa que, não está rotinada nas especificidades e exigências da contabilidade pública derivadas da empresa ser classificada como EPR, comprometendo também a capacidade de efetuar o controlo orçamental.

Acresce ainda que, com a fase de mercado, a MOBI.E, S.A. passará a estar incumbida da gestão diária das garantias a prestar pelos agentes (CEME e OPC), não dispondo de qualquer recurso humano para executar esta tarefa, crítica para a confiança de todo o sistema.

iii) Sistemas de Informação e Comunicação

Toda a atividade da MOBI.E, S.A. assenta em tecnologias de informação e comunicação (TIC), estratégia que se pretende manter, por forma a otimizar a eficiência da empresa. Contudo, a empresa não dispõe de qualquer recurso com *know-how* nesta área que lhe permita identificar as melhores soluções, corrigir problemas quotidianos de fácil resolução e servir de interlocutor com os diversos fornecedores de TIC.

3.4 Situação Atual da rede Mobi.E

A rede pública de postos de carregamento de veículos elétricos – Rede MOBI.E – agrega todos os postos de carregamento de acesso público instalados em Portugal. A Rede tem vindo a registar um crescimento substancial nos últimos anos, sendo de prever que esta tendência se mantenha nos próximos.

Durante 2019 a infraestrutura de carregamento em funcionamento registou um crescimento superior a 14,2% com principal destaque para o aumento do número de postos de carregamento rápido de 66,7%, conforme se pode observar no quadro seguinte..

Quadro 1 – Infraestrutura de carregamento

				Unid.
Descrição	2018	2019	Δ	
Pontos de carregamento				
Total	1 553	1 774	221	14,2%
Postos de carregamento				
Total	647	710	63	9,7%
Normal	584	605	21	3,6%
Rápido	63	105	42	66,7%

A MOBI.E, S.A. tem vindo, igualmente, a induzir a ampliação da cobertura geográfica da rede MOBI.E, através da execução do projeto de expansão da rede a todos os Concelhos de Portugal Continental, o qual conta já com 50 postos instalados, os quais ainda não se encontram contabilizados no quadro abaixo, por estarem em processo de certificação e/ou ligação no final do ano.

Quadro 2 – Cobertura geográfica da rede MOBI.E

				Unid.
Nº de	2018	2019	Δ	
Municípios	95	114	19	20,0%

Com o início do pagamento dos carregamentos rápidos em novembro de 2018 e dos carregamentos em postos normais, instalados em locais privados de acesso público, os Comercializadores de Eletricidade para a Mobilidade Elétrica (CEME) têm vindo a posicionar-se no mercado, o que, a par com o crescimento quer da infraestrutura de carregamento, quer do parque de veículos elétricos, tem originado a emissão de um número substancial de cartões de acesso à rede, como se pode verificar no quadro seguinte. Realça-se que a MOBI.E, S.A. em novembro de 2019, deixou de emitir cartões, pelo que a emissão de cartões passou a ser exclusiva dos CEME.

Quadro 3 – Número de cartões em circulação

Nº de Cartões	2018	2019	Unid.	
	17 522	52 059	Δ	197,1%

As alterações efetuadas no final de 2018 e no início de 2019, com o início dos pagamentos, levaram a que cada vez mais empresas apostem na mobilidade elétrica, o que se reflete no número de entidades licenciadas pelas entidades competentes (DGEG e DRE das Regiões Autónomas). No final de 2019, estavam registados 56 Operadores de Postos de Carregamento (OPC), dos quais uma dezena tem registo de comercialização de eletricidade (CEME).

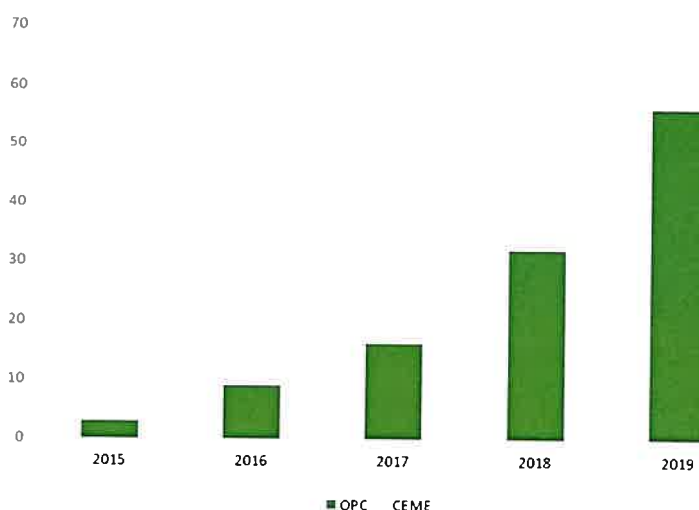


Figura 2 – Evolução do Nº de Agentes da Mobilidade Elétrica

O ano de 2019 continuou a registar crescimento nas vendas de veículos elétricos, se bem que a um ritmo mais moderado dos anos anteriores, uma vez que não chegou a duplicar tal como tinha acontecido em 2017 e 2018.

Contudo, o consumo de eletricidade durante 2019 na rede MOBI.E mais do que duplicou, tendo crescido 117% face aos números de 2018. Como se pode verificar na figura seguinte, o crescimento tem vindo a ser muito significativo ao longo dos últimos anos, sendo que 2019 representou mais de metade (56%) do total de energia consumida na rede MOBI.E desde a sua criação em 2010 (cerca de 21 MWh).

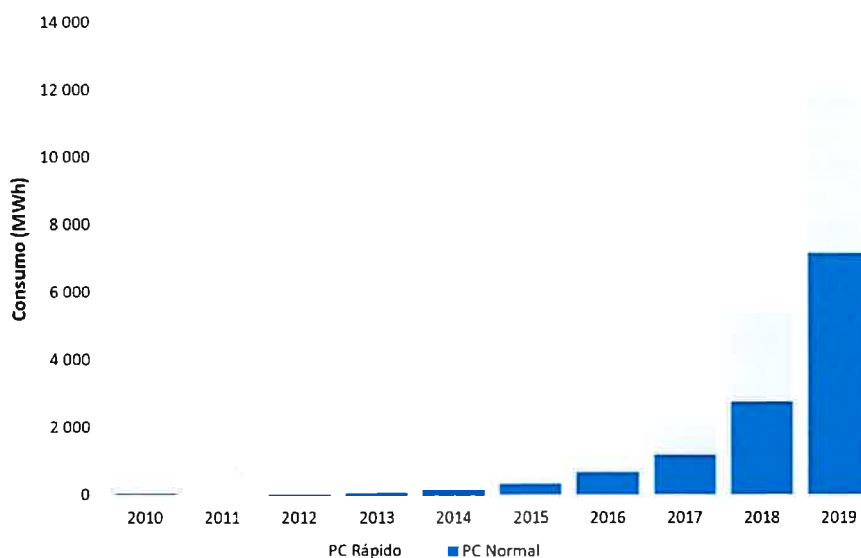


Figura 3 – Evolução do consumo de energia na rede MOBi.E

O crescimento verificado nos consumos terá ficado a dever-se principalmente a dois fatores, por um lado, ao desenvolvimento dos projetos de atualização e de upgrade da rede, com intervenções em mais de 300 postos que melhoraram significativamente a sua disponibilidade e a potência média de carregamento, permitindo aumentar a capacidade da rede e conferir uma maior confiança na utilização da infraestrutura de carregamento, o que conduziu a uma utilização cada vez mais intensiva dos veículos elétricos, com a redução da ansiedade associada à capacidade das baterias, por outro, ao alargamento da própria infraestrutura e ao crescimento do parque automóvel de veículos elétricos.

O maior aumento no consumo da rede regista-se nos postos de carregamento normal (PCN), os quais, ao longo de 2019, como se referiu, aumentaram a sua disponibilidade e passaram a oferecer uma potência superior fruto do referido projeto de upgrade tecnológico. A rede de PCN é composta, maioritariamente, pelos postos da rede piloto, cuja propriedade é da MOBI.E e que se encontram ainda com uma utilização gratuita e suportada pela MOBI.E, o que impõe uma forte pressão sobre os custos da empresa, mas potencia a utilização dos postos de carregamento normal em detrimento dos postos de carregamento rápido.

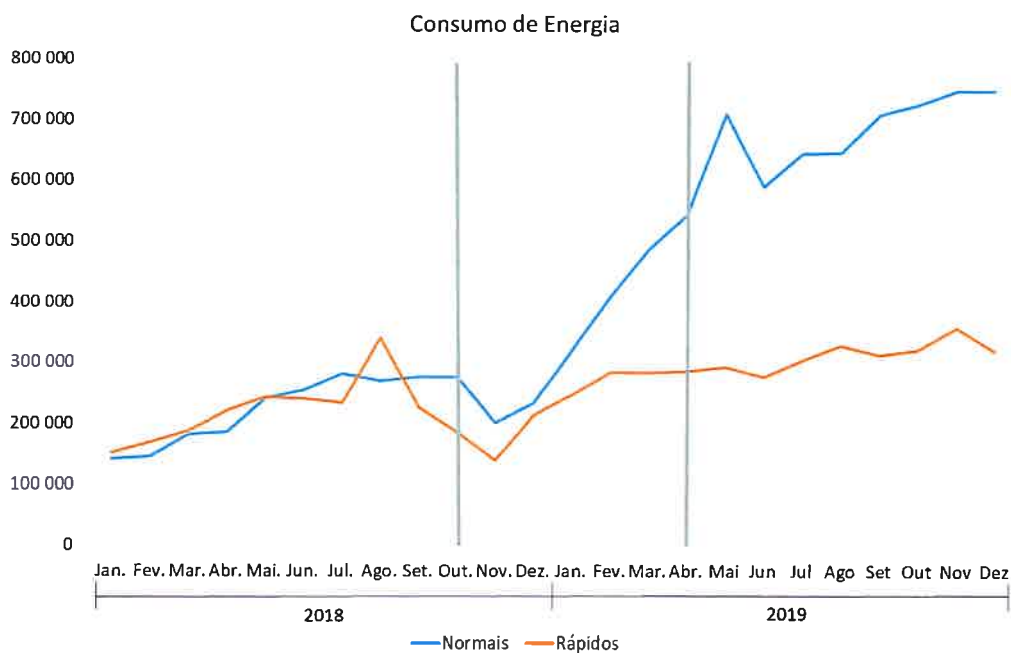


Figura 4 – Evolução da Repartição dos consumos de energia entre PCN e PCR

A figura seguinte ilustra bem a capacidade de resposta da infraestrutura de carregamentos que tem permitido absorver quer o aumento verificado no número de utilizadores, quer o aumento do número de carregamentos. O número de utilizadores da rede cresceu 11,6% de 2018 para 2019, o número de carregamentos aumentou para cerca do dobro, estando muito próximo de 1 milhão de carregamentos em 2019.

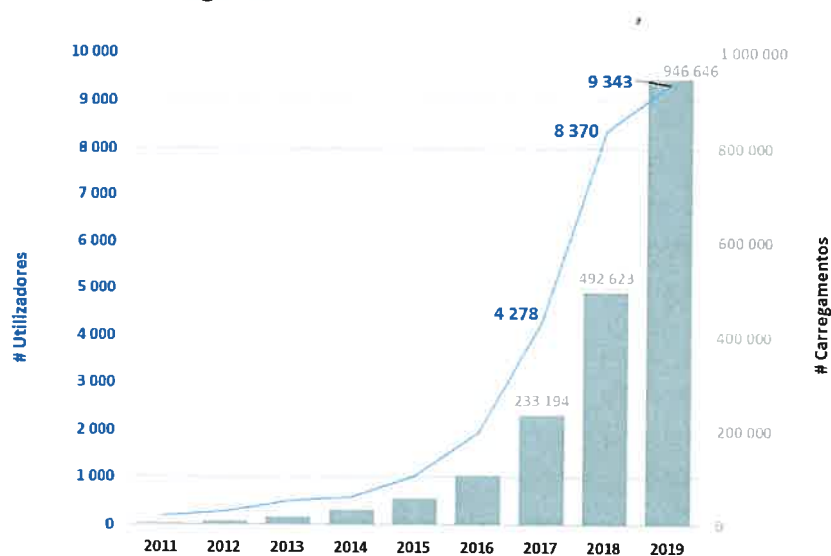


Figura 5 – Evolução do Nº de Utilizadores e do Nº de Carregamentos

Apesar do significativo aumento no número de cartões de acesso à rede emitidos (cerca de 30 mil), em especial pelos CEME que estão a iniciar a sua atividade regular, o número de utilizadores distintos da rede teve um crescimento ligeiro. Como se referiu atrás, até ao final de 2019 foram emitidos 52 059 cartões de acesso à rede, dos quais apenas 9 343 foram utilizados para a realização de carregamentos na rede.

O consumo médio por carregamento tem vindo a registar uma subida consistente, a qual estará associada a uma maior rapidez de carregamento, fruto do aumento de potência dos postos da rede, e a uma maior capacidade das baterias dos novos veículos elétricos que têm entrado no mercado.

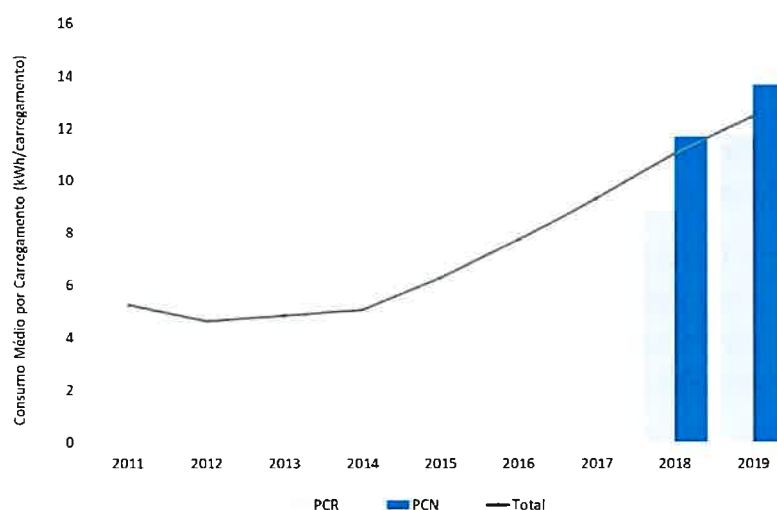


Figura 6 – Evolução do consumo médio por carregamento

No último ano pouparam-se, com a utilização da rede de mobilidade elétrica, cerca de 7 800 tonCO₂, o que se traduz numa poupança estimada no valor das emissões desde o arranque da rede de cerca de 14 000 tonCO₂.

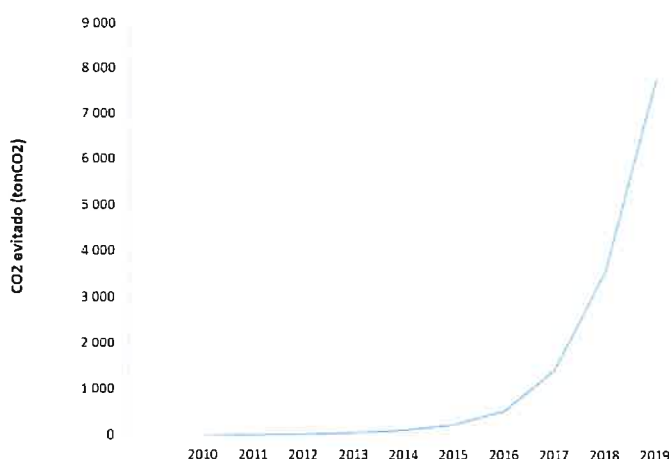


Figura 7 – Evolução da poupança de emissões

Durante a fase transitória da mobilidade elétrica em Portugal, e nos termos dos Acordos de Adesão à rede celebrados entre a MOBI.E, S.A. e todos os OPC e CEME com atividade na rede, a empresa tem vindo a assegurar o Call Center de apoio aos utilizadores de veículos elétricos.

Dado que a MOBI.E, S.A. na sua qualidade de Entidade Gestora da Rede de Mobilidade Elétrica, é a entidade que agrega toda a informação associada aos postos de carregamento instalados em Portugal e aos meios de acesso à rede (ou seja, os cartões emitidos quer pela MOBI.E, quer pelos CEME) é a entidade mais bem posicionada para a prestação deste apoio.

No serviço de atendimento da MOBI.E, S.A. foram recebidas, ao longo de 2019, mais de 64 mil chamadas, o que equivale a uma média de cerca de 175 chamadas por dia.

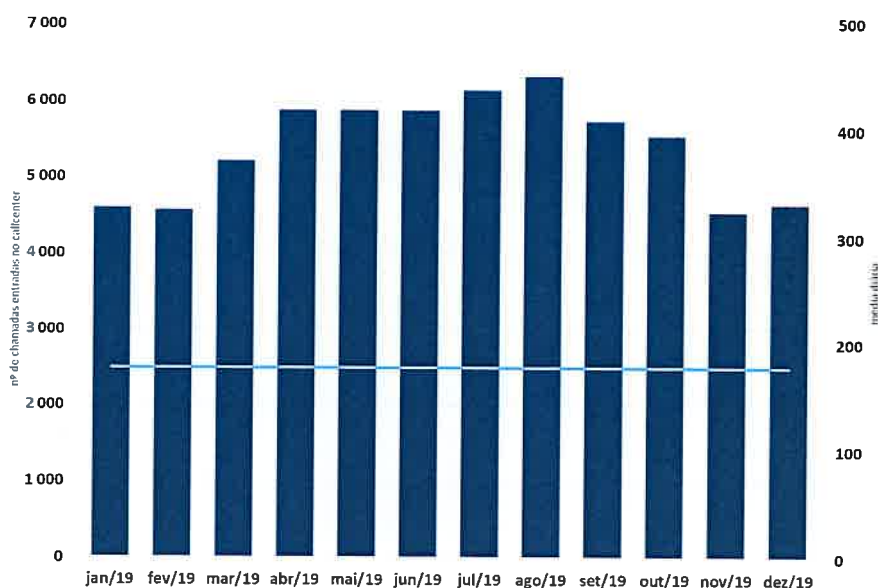


Figura 8 – Nº de chamadas recebidas pelo serviço de atendimento telefónico

Das chamadas recebidas na linha de apoio, cerca de 70% das chamadas foram pedidos de informação e 30% o *report* de incidentes com a rede (problemas com os postos de carregamento e cabos presos).

Durante 2019, os pedidos de informação centram-se, sobretudo, sobre a Rede MOBI.E, ou seja, o seu funcionamento, a forma de expansão e de instalação e postos, e sobre Outras informações associadas, essencialmente, ao funcionamento e vantagens da mobilidade elétrica.

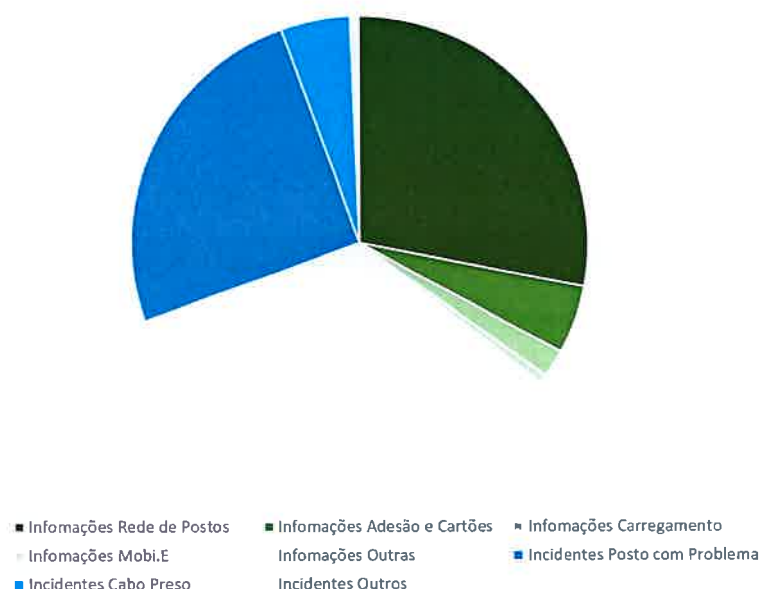


Figura 9 – Repartição dos assuntos tratados pelo serviço de atendimento telefónico

Em resumo, na rede de mobilidade elétrica foram já consumidos, desde o seu arranque em 2010, cerca de 21 GWh de energia, foram registados mais de 1,8 milhões de carregamentos, aos quais esteve associada uma poupança de, aproximadamente, 14 000 tonCO₂. O consumo de energia na rede já permitiu a realização de cerca de 140 milhões de Km em modo elétrico.

4 Plano de Investimentos

A MOBI.E, S.A. continuou fortemente empenhada na concretização da rede piloto, tendo a maior parte dos investimentos sido realizados nesta componente, cerca de 99,2%.

O dinamismo implementado nesta atividade ao longo do ano está bem evidenciado com o crescimento desta rubrica em cerca de 245%.

Os restantes investimentos não são significativos e resumem-se à aquisição e substituição de equipamento informático.

Quadro 4 – Investimentos

Investimentos	Unid €		Δ 19/20
	2018	2019	
Ativos Tangíveis	204 721	705 312	244,5%
Equipamento Básico	202 010	700 206	246,6%
Postos Carregamento (POSEUR)	171 295	632 941	269,5%
Postos Carregamento (Outros)	30 715	67 266	119,0%
Equipamento Administrativo	2 711	5 106	88,3%
Equipamento Informático	0	5 106	-
Outros	2 711	0	-100,0%
Ativos Intangíveis	0	0	-
Total	204 721	705 312	244,5%

Estes investimentos foram aprovados pela RCM nº 49/2016 de 1 de setembro e objeto de duas candidaturas ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (“POSEUR”). Assim, grande parte destes financiamentos 79,5% forma financiados por aquele Programa, tendo o restante como fonte de financiamento o Fundo Ambiental.

5 Análise Económico Financeira

5.1.1 Receitas Operacionais

Até ao momento a atividade não tem produzido receitas, uma vez que o Governo, logo em 2014, decidiu como forma de incentivo ao crescimento da mobilidade elétrica que, durante o período de instalação da rede piloto, os consumos derivados dos carregamentos fossem gratuitos para os UVE, pelo que desde o primeiro momento da MOBI.E, S.A. foram definidas formas alternativas de financiamento.

A própria revisão do Regulamento da Mobilidade Elétrica da ERSE, reforça esta opção, tendo como Disposição Transitória (nº 2 do art.º 104º) que a tarifa EGME é de zero euros, enquanto a ERSE não aprovar as tarifas previstas no Regulamento, situação que apenas deverá parcialmente ser alterada durante o 2º semestre de 2020.

Para garantir o financiamento da atividade da empresa, em 10 de março de 2015 foi assinado um protocolo entre o Fundo de Apoio à Inovação (FAI) e a MOBI.E, S.A., nos termos do qual o FAI passou a disponibilizar à MOBI.E, S.A. o montante necessário para cobrir os gastos operacionais durante os primeiros três anos de atividade.

Assim, durante este período a empresa não representou um peso sobre a fatura a pagar pelos utilizadores da rede de mobilidade elétrica, nem sobre o Orçamento do Estado.

A partir do último trimestre de 2017 o Fundo Ambiental, para além dos investimentos, passou também a financiar a atividade corrente da MOBI.E, S.A. em substituição do FAI.

Em consequência da alteração da fonte de financiamento da MOBI.E, S.A. para o FA, a empresa passou a integrar, no início de 2018, a lista do INE referente às entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas, como Entidade Pública Reclassificada (“EPR”).

Este facto veio a tornar ainda mais complexa a atividade da empresa a partir de 2019, uma vez que não dispunha nem de recursos, nem de *know how* que lhe permitisse fazer face ao acréscimo de procedimentos e reportes associados a esta nova realidade.

Assim, as receitas operacionais da empresa durante 2019 vieram essencialmente do Fundo Ambiental e também dos projetos comunitários em que a Mobi.E, S.A. participa.

Quadro 5 – Receitas Operacionais da MOBI.E, S.A.

Receitas operacionais	Unid €		Δ 18/19
	2018	2019	
Subsídios à Exploração	1 680 641	2 615 245	55,6%
Fundo Ambiental	1 350 000	2 593 065	92,1%
POSEUR (Publicidade)	7 650	0	-
Projetos Comunitários Internacionais	55 410	22 180	-60,0%
ADENE	267 581	0	-
Total	1 680 641	2 615 245	55,6%

O significativo aumento das receitas operacionais destinou-se sobretudo a cobrir os aumentos dos custos suportados com a rede Mobi.E, designadamente, os carregamentos e a cobrir prejuízos do ano anterior.

5.1.2 Gastos Operacionais

Os gastos operacionais da MOBI.E, S.A. registaram em 2019 um aumento de cerca de 21% suportados essencialmente pela quase duplicação dos gastos derivados dos carregamentos na rede Mobi.E, S.A..

5.1.3 Recursos Humanos

Conforme referido anteriormente a equipa da MOBI.E, S.A. é demasiado reduzida para as necessidades. A agravar este facto durante grande parte do ano de 2019 apenas dispôs de 2 elementos do Conselho de Administração, o que explica a redução registada nos gastos.

Quadro 6 – Recursos Humanos

Recursos Humanos	Unid €		Δ 18/19
	2018	2019	
Gastos totais com pessoal (1) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f) + (g)	434 097	431 927	-0,5%
(a) Gastos com Órgãos Sociais	220 770	184 789	-16,3%
(b) Gastos com cargos de Direção	0	0	-
(c) Vencimento do pessoal	128 297	151 691	18,2%
(i) Vencimento base + Subs. Férias + Subs. Natal	110 001	131 552	19,6%
(ii) Outros Subsídios	18 296	20 139	10,1%
(iii) Valorizações Remuneratórias	0	0	-
(d) Benefícios pós-emprego	0	0	-
(e) Ajudas de custo	1 392	1 671	20,0%
(f) Restantes Encargos	83 638	81 915	-2,1%
dos quais formação pessoal	240	0	-100,0%
(g) Rescisões / Indemnizações	0	11 862	-
Gastos Totais com pessoal (2) = (1) sem impacto das medidas identificadas em (iii) e (g)	434 097	420 066	-3,2%

Designação			
Nº Total Recursos Humanos (O.S + Cargos de Direção + Trabalhadores)	7	6	-14,3%
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	3	2	-33,3%
Nº Cargo de direção sem O.S. (número)	0	0	-
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos Direção (número)	4	4	0,0%
Gastos com dirigentes/Gastos com Pessoal [(b)/((1)-(g))]	0	0	-

As indemnizações pagas estão relacionadas com a substituição do Conselho de Administração ocorrida em julho e a renúncia ao mandato da Vice-Presidente em outubro.

5.1.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A MOBI.E, S.A. tem uma excessiva dependência de terceiros para desenvolver a sua atividade, pelo que naturalmente a componente de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) tem um peso elevado na estrutura de gastos operacionais da empresa.

O crescimento nos Fornecimentos e Serviços Externos deve-se sobretudo ao aumento dos gastos suportados com os carregamentos na rede Mobi.E que quase duplicaram face a 2018. O acréscimo registado nos Outros Trabalhos Especializados está essencialmente associado ao aumento dos gastos com consultorias contabilística e de reportes financeiros no SIRIEF e no SIGO e jurídica, necessárias para colmatar a falta de recursos internos no primeiro caso e no segundo à preparação do Concurso Público Internacional para a Concessão da Exploração dos Postos de Carregamento da Rede Piloto.

Mau grado, a pressão exercida pela rubrica relativa à Energia nos Postos de Carregamento, as restantes refletem a preocupação constante do Conselho de Administração adotar medidas de contenção e controlo de gastos.

Quadro 7 – Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	Unid €		Δ 18/19
	2018	2019	
Energia Postos de Carregamento	418 862	817 451	95,2%
Manutenção Postos de Carregamento	20 566	36 487	77,4%
Call Center	89 404	76 980	-13,9%
Contrato Plataforma	675 390	675 390	0,0%
Outros Trabalhos Especializados	126 730	138 112	9,0%
Dos quais Estudos, Pareceres e Consultorias	84 220	89 463	6,2%
TIC	35 358	17 407	-50,8%
Renda Escritório	29 061	31 359	7,9%
Rendas Veículos	19 127	16 893	-11,7%
Deslocações e Estadas	14 069	10 440	-25,8%
Publicidade	0	5 403	-
Limpeza	2 953	3 386	14,7%
Outros	4 813	5 369	11,5%
Total	1 436 331	1 834 675	27,7%

5.1.5 Estrutura de Resultados

Quadro 8 – Estrutura de Resultados

Estrutura de Resultados	Unid €		Δ 18/20
	2018	2019	
EBITDA	-140 778	344 318	144,6%
Resultado Operacional	-205 818	278 252	35,2%
Resultado Líquido	-207 508	258 905	24,8%

O nível adequado de subsídios conjugado com a contenção nos gastos permitiu à empresa apresentar em 2019 uma estrutura de resultados positivos, EBITDA, Resultado Operacional e Resultado Líquido.

5.1.6 Endividamento

Fruto da política de financiamento seguida desde a sua constituição, a MOBI.E, S.A. não tem endividamento, nem se projeta que venha a ter.

5.1.7 Estrutura Patrimonial

A empresa revela em 2019 uma estrutura de capitais equilibrada.

Destaque para a evolução positiva dos Capitais Próprios, não só derivada do nível de resultados líquidos atingidos como também à política contabilística adotada no diferimento por 5 anos dos subsídios ao investimento recebidos.

Os elevados saldos de algumas rubricas de curto prazo, como tesouraria ou dívidas a pagar resultam da aplicação das regras de contabilidade orçamental que a Mobi.E, S.A. se encontra obrigada em virtude de estar classificada como Empresa Pública Reclassificada.

Quadro 9 – Estrutura Patrimonial

		Unid €	
Estrutura Patrimonial	2018	2019	Δ 18/19
ATIVO			
Ativo não corrente	286 233	926 761	223,8%
Ativo corrente	930 023	1 353 854	45,6%
Caixa e depósitos bancários	368 651	623 576	69,2%
Total Ativo	1 216 256	2 280 615	87,5%
CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	50 000	50 000	0,0%
Resultados transitados	-13 420	-220 928	-1746,3%
Ajustamentos / Outrs variações C.Prop.	171 745	692 285	303,1%
Resultado Líquido	-207 508	258 905	24,8%
Total Capital Próprio	817	780 262	95415,0%
Passivo			
Passivo não corrente	726 430	829 828	14,2%
Passivo corrente	489 008	670 526	37,1%
Outras dívidas a pagar	303 918	617 436	103,2%
Total do Passivo	1 215 439	1 500 354	23,4%
Total do Capital Próprio e do Passivo	1 216 256	2 280 615	87,5%

6 Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido do Exercício referente ao ano de 2019 foi de € 258.904,61 (duzentos e cinquenta e oito mil, novecentos e quatro euros e sessenta e um cêntimos).

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

- Constituição de Reserva Legal: € 12.945,23 (doze mil, novecentos e quarenta e cinco euros e vinte e três cêntimos);
- Resultados Transitados: € 245 959,38 (duzentos e quarenta e cinco mil e novecentos e cinquenta e nove euros e trinta e oito cêntimos).

O Conselho de Administração



Luís Carlos Antunes Barroso



Alexandre Ricardo Nunes Videira

29 de setembro de 2020

7 ANEXOS

7.1 Cumprimento das Orientações Legais

7.1.1 Objetivos de Gestão

- a) A empresa não tem contrato de gestão aprovado.
- b) A insuficiência de recursos humanos não permitiu a empresa elaborar o Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2019-2021.

Contudo, como se poderá observar pelo quadro seguinte, o grau de execução do orçamento global aprovado foi de 88,5% com uma realização quase total do orçamento corrente, tendo a realização do orçamento de investimento sido penalizado pelo facto do concurso relativo ao investimento de expansão da rede piloto de pontos de carregamento sido alvo de impugnação judicial, com efeitos suspensivos, por um dos concorrentes.

Apenas após a decisão judicial favorável à empresa foi possível retomar o processo de contratualização dos serviços, não sendo, contudo, possível recuperar durante o exercício de 2019 todo o atraso.

c) Grau de execução do orçamento carregado no SIGO

Grau de Execução do Orçamento Carregado no SIGO				
Agrupamento	Ano 2019		Diferença Valor	Realização %
	Aprovado*	Realizado		
Receitas				
R06 - Transferências Correntes	3 701 697,00 €	3 418 322,00 €	-283 375,00 €	92,3%
R09 - Outras Receitas	331 898,00 €	302 186,00 €	-29 712,00 €	91,0%
Total Receitas	4 033 595,00 €	3 720 508,00 €	-313 087,00 €	92,2%
Despesas				
D01 - Gastos Pessoal	483 074,00 €	452 634,00 €	-30 440,00 €	93,7%
D02 - Aquisição de Bens e Serviços	2 129 252,00 €	2 089 218,00 €	-40 034,00 €	98,1%
D03 - Juros e outros encargos	31,00 €	31,00 €	0,00 €	100,0%
D04 - Transferências Correntes	5 904,00 €	5 903,00 €	-1,00 €	100,0%
D06 - Outras Despesas Correntes	1 439,00 €	1 438,00 €	-1,00 €	99,9%
Subtotal Despesas Correntes	2 619 700,00 €	2 549 224,00 €	-70 476,00 €	97,3%
D07 - Aquisição de Bens de Capital	1 238 589,00 €	866 866,00 €	-371 723,00 €	70,0%
Total Despesas	3 858 289,00 €	3 416 089,00 €	-442 200,00 €	88,5%

* Aprovado corrigido e líquido de cativações adicionais

7.1.2 Gestão do risco financeiro

A empresa não dispõe de financiamentos.

7.1.3 Limite de crescimento do endividamento

Não aplicável.

7.1.4 Prazo Médio de Pagamentos

PMP	2019	2018	Variação 19/18	
			Valor	%
Prazo (dias)	12,91	109,09	-96,18	-88,2%

A empresa não tem dívidas vencidas.

7.1.5 Cumprimento das recomendações emitidas pelo acionista na aprovação da última prestação de contas.

Não aplicável.

7.1.6 Remunerações

1. Mesa da Assembleia Geral – Em 2019 não se realizaram Assembleias Gerais pelo que não houve qualquer encargo suportado pela empresa a este título.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado	Valor Bruto Auferido
Mesa da Assembleia Geral até 25 de julho de 2019				
	Presidente	---	620,00 €	- €
2014 -2016	Secretário	Dr. António João da Silva Carriço	330,00 €	- €
Mesa da Assembleia Geral desde 26 de julho de 2019				
2019-2021	Presidente	Maria Fernanda Joanaz da Silva Martins	500,00 €	- €
2019-2021	Secretário	Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho	350,00 €	- €

2. Remunerações CA

Conselho de Administração								
Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPLR (2)		Entidade Pagadora (O/D)	Nº de Mandatos
(Início - Fim)			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade Origem		
Conselho de Administração até 25 de julho de 2019								
2014-2016	Presidente	Alexandre Ricardo Garção Nunes Videira	AG	27/10/2014	Não	INTELI	D	2
2014-2016	Vice-Presidente	Nuno Maria Malta de Abreu	AG	27/10/2014	Não	Autoridade Tributária	D	2
2014-2016	Vogal	Nuno Maria Bonneville	AG	27/10/2014	Não	-	D	2
Conselho de Administração desde 26 de julho de 2019								
2019 - 2021	Presidente	Luís Carlos Antunes Barroso	DUE	25/07/2019	Não	CGD	D	1
2019 - 2021	Vice-Presidente	Anabela de Almeida Costa	DUE	25/07/2019	Não	IGF	D	1
2019 - 2021	Vogal	Alexandre Ricardo Garção Nunes Videira	DUE	25/07/2019	Não	INTELI	D	3

(1) DUE - Deliberação Social Unânime por Escrito.

(2) Opção por Lugar de Origem - prevista no nº 8 do art. 28º do EGP; indicar entidade pagadora (O - Origem / D - Destino).

Nenhum dos membros do CA acumulou funções durante o exercício de 2019.

Conselho de Administração					
Membro do CA	Remuneração Anual				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Conselho de Administração até 25 de julho de 2019					
Alexandre Ricardo Garção Nunes Videira	86 070,16 €	- €	86 070,16 €	4 303,51 €	81 766,65 €
Nuno Maria Malta de Abreu	77 463,14 €	- €	77 463,14 €	3 873,16 €	73 589,99 €
Nuno Maria Bonneville	68 856,13 €	- €	68 856,13 €	3 442,81 €	65 413,32 €
Conselho de Administração desde 26 de julho de 2019					
Luís Carlos Antunes Barroso	86 070,16 €	- €	86 070,16 €	4 303,51 €	81 766,65 €
Anabela de Almeida Costa	77 463,14 €	- €	77 463,14 €	3 873,16 €	73 589,99 €
Alexandre Ricardo Garção Nunes Videira	68 856,13 €	- €	68 856,13 €	3 442,81 €	65 413,32 €

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho.

Conselho de Administração								
Membro do CA	Subsídio de refeição		Benefícios Sociais				Outros	
	Valor/dia	Montante Pago Ano	Regime de Proteção Social Identificar	Encargo Anual	Encargo Anual Seguro Saúde	Encargo Anual Seguro Vida	Identificar	Valor
Conselho de Administração até 25 de julho de 2019								
Alexandre Ricardo Garção Nunes Videira	4,77 €	457,92 €	Seg. Social	11 097,50 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Nuno Maria Malta de Abreu	4,77 €	176,49 €	CGA/ADSE	6 559,91 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Nuno Maria Bonneville	4,77 €	500,85 €	Seg. Social	14 814,67 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total	-	1 135,26 €	-	32 472,08 €	-	-	-	-
Conselho de Administração desde 26 de julho de 2019								
Luís Carlos Antunes Barroso	4,77 €	448,38 €	CGA/SAMS	6 287,47 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Anabela de Almeida Costa	4,77 €	248,04 €	CGA/ADSE	4 464,06 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Alexandre Ricardo Garção Nunes Videira	4,77 €	419,76 €	Seg. Social	6 610,92 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total	-	1 116,18 €	-	17 362,45 €	-	-	-	-

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA	Deslocações em serviço	Gastos anuais associados a deslocações em serviço				Gasto total com viagens
		Custos com alojamento	Ajudas de custo	Outros Identificar	Valor	
Conselho de Administração até 25 de julho de 2019						
Alexandre Ricardo Garção Nunes Videira	2 058,37 €	- €	200,48 €	Alimentação	158,65 €	2 417,50 €
Nuno Maria Malta de Abreu	972,72 €	- €	- €	Alimentação	173,30 €	1 146,02 €
Nuno Maria Bonneville	2 710,03 €	- €	826,41 €	Alimentação	240,80 €	3 777,24 €
Total	5 741,12 €	- €	1 026,89 €		572,75 €	7 340,76 €
Conselho de Administração desde 26 de julho de 2019						
Luís Carlos Antunes Barroso	- €	- €	- €		- €	- €
Anabela de Almeida Costa	- €	- €	- €		- €	- €
Alexandre Ricardo Garção Nunes Videira	234,97 €	- €	- €	Alimentação	39,45 €	274,42 €
Total	234,97 €	- €	- €		39,45 €	274,42 €

3. Remunerações Órgão de Fiscalização

Revisor Oficial de Contas								
Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Identificação SROC/ROC		Designação		Nº de anos de funções exercidas no Grupo	Nº de anos de funções exercidas na Sociedade
			Nº Inscrição OROC	Nº Inscrição CMVM	Forma (1)	Data	Data do contrato	
ROC até 25 de julho de 2019								
2014-2016	Efetivo	Caiano Pereira, António e José Reimão, SCROC	38	20161388	AG	28/11/2013	6	6
2014-2016	Suplente	Victor Manuel Chong Fook Varagilal	955	20160572	AG	13/05/2014	5	5
ROC desde 26 de julho de 2019								
2019 - 2021	Efetivo	Caiano Pereira, António e José Reimão, SCROC	38	20161388	DUE	25/07/2019	6	6
2019 - 2021	Suplente	Victor Manuel Chong Fook Varagilal	955	20160572	DUE	25/07/2019	5	5

Nota: Deve ser indicado o efetivo (SROC/ROC) e o Suplente (SROC/ROC).

(1) Indicar AG/DUE/DesacholD.

Nota: Deve ser indicado o efetivo (SROC/ROC) e o Suplente (SROC/ROC).

(1) Indicar AG/DUE/Despacho(D)

Revisor Oficial de Contas				
Nome	Valor Anual do Contrato de de Serviços - 2019		Prestações	Despesas Adicionais
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	
ROC até 25 de julho de 2019				
Caiano Pereira, António e José Reimão, SCROC	7 000,00 €	350,00 €	6 650,00 €	- €
Victor Manuel Chong Fook Varagilal	- €	- €	- €	- €
ROC desde 26 de julho de 2019				
Caiano Pereira, António e José Reimão, SCROC	5 000,00 €	250,00 €	4 750,00 €	- €
Victor Manuel Chong Fook Varagilal	- €	- €	- €	- €

7.1.7 Aplicação do disposto nos art. 32º e 33º do EGP

- a) A empresa não dispõe de cartões de crédito.
- b) A empresa não efetuou nenhum reembolso a qualquer elemento do Conselho de Administração que caia no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.
- c) Valor das despesas associadas a comunicações:

Membro do CA	Plafond Mensal Definido	Gastos com Comunicações	
		Valor Anual	Observações
Conselho de Administração até 25 de julho de 2019			
Pres. Alexandre Videira	80,00 €	59,97 €	
Vice Pres. Nuno Abreu*	80,00 €	40,91 €	Faleceu a 15 de março
Vogal Nuno Bonneville	80,00 €	51,60 €	
Conselho de Administração desde 26 de julho de 2019			
Pres. Luís Barroso	80,00 €	25,36 €	
Vice Pres. Anabela Costa	80,00 €	20,91 €	Renunciou ao mandato em 29 de outubro
Pres. Alexandre Videira	80,00 €	34,28 €	

- d) Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço
Não aplicável.

7.1.8 Despesas não documentadas ou confidenciais

De acordo no disposto no n.º 2 do art.º 16.º do RJSPE e do artigo 11º do EGP, não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

7.1.9 Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

As remunerações na MOBI.E, S.A. estão definidas por categoria profissional, não existindo qualquer variação entre homens e mulheres, dentro das mesmas categorias.

7.1.10 Relatório sobre prevenção da corrupção

A MOBI.E, S.A. não elaborou o Relatório Anual de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, nos termos do n.º 1 do art.º 46.º do RJSPE.

7.1.11 Contratação Pública

A MOBI.E, S.A. rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as devidas atualizações, ajustando sempre que necessário os procedimentos ao normativo legal vigente.

Durante o ano de 2019 não foram celebrados contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

7.1.12 Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A empresa ainda não aderiu, de forma voluntária, à Agência Nacional de Compras Públicas.

7.1.13 Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

PRC	2019 Exec.	2019 Orç.	2018 Exec.	2017 Exec.	Variação 19/18	
					Valor	%
(0) EBITDA	344 318,43 €	745 060,34 €	-140 778,13 €	20 236,31 €	485 096,56 €	344,6%
(1) CMVMC	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
(2) FSE	1 834 675,32 €	1 327 015,00 €	1 436 331,42 €	1 129 713,65 €	398 343,90 €	27,7%
(3) Gastos com Pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	420 065,67 €	478 374,26 €	434 097,00 €	473 833,74 €	-14 031,33 €	-3,2%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisões	11 861,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 861,70 €	-
(3.ii) Valorizações Remuneratórias nos termos da LOE 2019	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto da Lei nº 42/2016, de 29 de dezembro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
(4) gastos Operacionais (1) + (2) + (3)	2 254 740,99 €	1 805 389,26 €	1 870 428,42 €	1 603 547,39 €	384 312,57 €	20,5%
(5) Volume de Negócios (VN)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
(6) Peso dos Gastos/VN (4/5)	-	-	-	-	-	-
(II) Gastos com deslocações e alojamentos (FSE)	10 440,22 €	43 050,00 €	14 068,92 €	12 800,34 €	-3 628,70 €	-25,8%
(III) Gastos c/ Ajudas de Custo (G c/ Pessoa)	1 670,51 €	5 900,00 €	1 392,00 €	1 382,19 €	278,51 €	20,0%
(III) Gastos associados à frota de automóvel	16 892,59 €	20 000,00 €	19 126,56 €	18 607,08 €	-2 233,97 €	-11,7%
Total (I) + (II) + (III)	29 003,32 €	68 950,00 €	34 587,48 €	32 789,61 €	-5 584,16 €	-16,1%
(7) Encargos com contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	89 462,50 €	164 600,00 €	84 220,00 €	64 791,12 €	5 242,50 €	6,2%
Número Total de RH (OS+CD+trabalhadores)	6	7	7	7	-1	-14,3%
Nº Órgãos Sociais (OS)	2	3	3	3	-1	-33,3%
Nº Cargos Direção (CD)	0	0	0	0	0	-
Nº Trabalhadores (sem OS e sem CD)	4	4	4	4	0	-
Nº Trabalhadores / Nº CD	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Nº Viaturas	2	2	2	2	0	0,0%

7.1.14 Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no nº 7 do artigo 49º do DLEO 2019

A empresa deu cumprimento ao disposto no nº 7 do artigo 49º do DLEO 2019, uma vez que se verificando a impossibilidade de satisfação através de recursos próprios, face à escassez de quadros, solicitou à Parpública, SGPS, S.A. a prestação dos serviços, tendo esta declarado não poder satisfazer.

7.1.15 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, artigo 141º da LOE 2019 e artigo 115ª da DLEO 2019)

A empresa cumpre com a Unidade de Tesouraria do Estado mantendo todas as suas disponibilidades financeiras depositadas na Agência de Gestão da Tesouraria e Dívida Pública Agência – IGCP, E.P.E..

7.1.16 Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado.

Não Aplicável.

7.1.17 Informação que se encontrava divulgada em 31 de dezembro de 2019 no sítio da internet do SEE (portal da DGTF).

A escassez de Recursos Humanos da empresa não permitiu ainda promover a divulgação desta informação.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação S / N / N.A. Data Atualização	Comentários
Estatutos	N	
Caraterização da Empresa	N	
Função de tutela e acionista	N	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais		
- Identificação dos órgãos sociais	N	
- Estatuto Remuneratório Fixado	N	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N	
Esforço Financeiro Público	N	
Ficha Síntese	N	
Informação Financeira histórica e atual	N	
Princípios do Bom Governo		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.	
- Outras transações	N.A.	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios		
Económico	N	
Social	N	
Ambiental	N	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N	
- Código de Ética	N	

7.1.18 Cumprimento das obrigações legais

Cumprimento das Obrigações Legais - 2019	Cumprimento S / N / N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão	N.A.		A empresa não dispõe de contrato de gestão
Metas a atingir constantes no PAO 2019	N.A.		A empresa não dispõe de PAO
Grav de Execução do Orçamento carregado no SIGO	S	88,50%	
Gestão do Risco Financeiro	N.A.		A empresa não tem endividamento financeiro
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.		A empresa não tem endividamento financeiro
Evolução do PMP a fornecedores	S	-88,17%	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N.A.		A empresa não tem pagamentos em atraso
Recomendação do acionista na última aprovação de contas	N.A.		Não existem recomendações do acionista
Remunerações			
Não atribuição dos Prémios de Gestão	S		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2019 (se aplicável)	S	-11 562,30	
Fiscalização (ROC) - reduções remuneratórias vigentes em 2019 (se aplicável)	S	-600,00	
Auditor Externo - reduções remuneratórias vigentes em 2019 (se aplicável)	N.A.		A empresa não dispõe de auditor externo
EGP - artigo 32º e 33º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesa de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	N.A.		
Despesas não documentadas ou confidenciais nº 2 do artigo 16º do RJSP e artigo 11º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas e confidenciais	S		
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens	N		A empresa não dispõe de relatório, mas a política de remunerações não depende do género
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	N		A empresa não dispõe de relatório
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		A empresa não tem participadas
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		A empresa não dispõe de contratos que cumpram os requisitos para submissão ao TC
Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.		Não existiram auditorias do TC
Parque Automóvel			
Nº de Viaturas	S	2	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N	20,5%	Relacionados com os consumos associados ao aumento da Rede MOBI.E (ponto 5.1.4)
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49º do DLEO 2019)	S		
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL 133/2013)	S		

7.2 Demonstrações Financeiras

7.2.1 Balanço

	Unid €	
Balanço	2019	2018
ATIVO		
Ativo não corrente	926 761	286 233
Ativos fixos tangíveis	920 406	278 355
Ativos intangíveis	3 740	6 546
Outros investimentos financeiros	1 864	1 332
Créditos a receber	750	0
Ativo corrente	1 353 854	930 023
Estado e Outros Entes Públicos	262 621	50 296
Outros créditos a receber	461 910	505 443
Diferimentos	5 746	5 633
Caixa e depósitos bancários	623 576	368 651
Total Ativo	2 280 615	1 216 256
CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO		
Capital Próprio		
Capital Subscrito	50 000	50 000
Resultados transitados	-220 928	-13 420
Ajustamentos / Outrs variações C.Prop.	692 285	171 745
Resultado Líquido	258 905	-207 508
Total Capital Próprio	780 262	817
Passivo		
Passivo não corrente	829 828	726 430
Outras dívidas a pagar	829 828	726 430
Passivo corrente	670 525	489 008
Fornecedores	6 557	165 821
Estado e Outros Entes Públicos	46 533	19 270
Outras dívidas a pagar	617 436	303 918
Total do Passivo	1 500 353	1 215 439
Total do Capital Próprio e do Passivo	2 280 615	1 216 256

Conselho de Administração

Técnico de Contas

João Carlos Antunes Barros
Alcides Vieira

António Rodrigues

7.2.2 Demonstração de Resultados

	Unid €	
Demonstração de Resultados	2019	2018
Vendas e Serviços Prestados	0	0
Subsídios à Exploração	2 615 245	1 680 641
Fornecimento e Serviços Externos	-1 834 675	-1 436 331
Gastos com o Pessoal	-431 927	-434 097
Outros Rendimentos	53 586	50 196
Outros Gastos	-57 909	-1 187
EBITDA	344 318	-140 778
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-66 066	-65 040
Resultado Operacional	278 252	-205 818
Imposto sobre o Rendimento do Período	-19 347	-1 690
Resultado Líquido	258 905	-207 508

Conselho de Administração

João Carlos Antunes Barros
Alexandre Viçosa

Técnico de Contas

António Rodrigues

7.2.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

	Unid €	
Demonstração de Fluxos de Caixa	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	0	29 488
Pagamentos a fornecedores	2 267 036	1 557 756
Pagamentos a pessoal	419 932	432 767
Caixa gerada pelas operações	-2 686 968	-1 961 034
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-1 438	-1 045
Outros recebimentos/pagamentos	3 105 419	1 802 408
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	417 012	-159 672
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	-867 399	-223 786
Ativos Intangíveis	0	-10 352
Recebimentos provenientes de:		
Ativos Intangíveis	0	0
Subsídios ao Investimento	705 313	109 201
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-162 087	-124 937
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:	0	0
Pagamentos respeitantes a:	0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	0	0
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	254 925	-284 609
Caixa e seus equivalentes no início do período	368 651	653 260
Caixa e seus equivalentes no fim do período	623 577	368 651

Conselho de Administração

João Carlos Antunes Barros
Álvaro Viana

Técnico de Contas

Amélio Rodrigues

7.2.4 Demonstração das Alterações no Património Líquido

							Unid €
Descrição	Notas	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos / Outras variações de capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2018		50 000		0	-15 661	96 213	1 718
Alterações no período							
Aplicação do res. líq. do período findo em 31/12/2017		0		0	2 241	75 533	-1 718
Subsídios ao Investimento		0		0	0	0	0
Resultado líquido do período						-207 508	-207 508
Resultado Integral						-131 452	-131 452
Operações com detentores de capital no período		0		0	0	0	0
Posição em 31 de dezembro de 2018		50 000		0	-13 420	171 745	-207 508
Posição em 1 de janeiro de 2019		50 000		0	-13 420	171 745	-207 508
Alterações no período							
Aplicação do res. líq. do período findo em 31/12/2018		0		0	-207 508	0	207 508
Subsídios ao Investimento		0		0	0	520 540	520 540
Resultado líquido do período						258 905	258 905
Resultado Integral						779 445	779 445
Operações com detentores de capital no período		0		0	0	0	0
Posição em 31 de dezembro de 2019		50 000		0	-220 928	692 285	258 905

Conselho de Administração

João Carlos Antunes Barro
Alexandre Vich

Técnico de Contas

Am. Rodrigues

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Mobi.E, SA

ANO : 2019

ÍNDICE

AR

1 -	Identificação da entidade e período de relato
1.1	Dados de identificação
1.2	Sede
1.3	Natureza da atividade
2 -	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
2.1	Referencial contabilístico utilizado
2.2	Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
3 -	Principais políticas contabilísticas
3.1	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
3.2	Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte
3.3	Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte
4 -	Fluxos de caixa
4.1	Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso
4.2	Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:
4.3	Outras informações
5 -	Partes relacionadas
5.1	Identificação das partes relacionadas
5.1.1	Identificar se existem participações entre entidades
5.1.2	Entidades participantes
5.1.2.1	Participação no capital social da entidade
5.1.2.2	Entidades que participam diretamente no capital da entidade
5.1.3	Entidades participadas
5.1.3.1	Entidades em que a entidade participa diretamente
5.2	Remunerações do pessoal chave da gestão, conforme quadro seguinte:

- 5.3 Divulgações específicas relativas a entidades ligadas à administração pública

6 - Ativos intangíveis

- 6.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis
 - 6.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:
 - 6.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
- 6.2 Divulgações sobre restrições e garantias
- 6.3 Divulgações sobre compromissos contratuais
- 6.4 Outras informações

7 - Ativos fixos tangíveis

- 7.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis
 - 7.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:
 - 7.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
- 7.2 Divulgações sobre restrições e garantias
- 7.3 Divulgações sobre compromissos contratuais
- 7.4 Depreciação reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos

8 - Locações

- 8.1 Locações operacionais — locatários
- 8.2 Resumo das locações de acordo com o quadro seguinte, e outras informações

9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

- 9.1 Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas
- 9.2 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:
- 9.3 Evidências sobre condições associadas ao cumprimento das condições associadas à atribuição do subsídio

10 - Acontecimentos após a data do balanço

- 10.1 Autorização para emissão
- 10.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço
- 10.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

11 - Impostos e contribuições

- 11.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:
- 11.2 Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte
- 11.3 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico
- 11.4 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

12 - Instrumentos financeiros

- 12.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras
- 12.2 Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:
- 12.3 Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias:
- 12.4 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço
- 12.5 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.
- 12.6 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal
- 12.7 Identificação das participações de capital em entidades que não sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas

13 - Benefícios dos empregados

- 13.1 Número médio de empregados e gastos de pessoal
- 13.1.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas
- 13.1.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

14 - Divulgações exigidas por diplomas legais

- 14.1 Informação por atividade económica
- 14.2 Informação por mercado geográfico
- 14.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

15 - Outras informações

- 15.1 Proposta de aplicação de resultados (ou, se aplicável, a aplicação dos resultados)
- 15.2 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

16 - Divulgações adicionais para as entidades de interesse público

- 16.1 Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade e período de relato

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Mobi.e, SA
Número de matrícula no registo comercial: 509767605
Endereço eletrónico: administracao@mobie.pt
Página da internet: <https://www.mobie.pt/>
Código da Classificação orgânica: 15.1.90.15.00
Tutela: Ministério do Ambiente e Acção Climática

1.2. Sede

Lugar da sede social: Rua Engenheiro Frederico Ulrich, 2650
4470-605 Moreira da Maia

1.3. Natureza da atividade

Natureza da atividade: Gestão de infra-estruturas dos transportes terrestres

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

As notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados no exercício de 2019 são idênticas com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2018, pelo que as demonstrações financeiras dos exercícios são comparáveis.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

A entidade integrou no ano de 2018 o perímetro orçamental do Estado passando a adoptar o normativo contabilístico SNC-AP, conforme DL nº 192/2015.

Assim sendo, e embora a entidade tenha apresentado as suas Demonstrações Financeiras no período anterior segundo as 28 NCRFs por opção, no presente ano estas já foram elaboradas segundo o SNC-AP.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 — Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

AR

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os ativos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respetivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item "Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial".

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado "Goodwill", sendo reconhecido separadamente no ativo e amortizado por um período de 10 anos nos casos em que a sua vida útil não pôde ser estimada com fiabilidade. Caso a diferença seja negativa ("Goodwill negativo"), é reconhecido na demonstração dos resultados.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15000 euros. e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa de IRC aplicável ao próximo período económico.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

AA.

- R dito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprest  o recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável,   provável que se obtenham benefícios econ micos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se per dicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização econ mica, tendo em consideração o montante em d vida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis são incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados   medida que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados   medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

  data de aprovação das Demonstrações Financeiras, a administração não tem conhecimento de qualquer risco significativo que possa vir a provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, no periodo contabilístico seguinte.

3.3. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

Não são conhecidas fontes de incerteza das estimativas.

Poderão, contudo ocorrer situações em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis   data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. Caso ocorram alterações às estimativas posteriormente   data das demonstrações financeiras, estas serão corrigidas de forma prospetiva.

4 - Fluxos de Caixa

4.1. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não são disponíveis para uso

Existe o valor de é 316.574,15 referente ao saldo de gerência de 2018 indisponíveis para uso por não ter sido solicitado a sua utilização em despesa.

AR.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1,70		0,16	1,54
Depósitos à ordem	368 649,39	4 750 266,30	4 495 340,71	623 574,98
Outros depósitos bancários				
Total	368 651,09	4 750 266,30	4 495 340,87	623 576,52

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1,70			1,70
Depósitos à ordem	653 258,43	2 522 098,41	2 806 707,45	368 649,39
Outros depósitos bancários				
Total	653 260,13	2 522 098,41	2 806 707,45	368 651,09

4.3. Outras informações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Recebimentos provenientes de:		
Indemnizações seguros não vida		432,25
Subsídios à exploração	2 615 244,72	1 372 960,54
Imposto sobre o rendimento		
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)		
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	1 438,35	1 057,62
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)	131,04	
Caixa e equivalentes não disponíveis para uso	316 575,00	

5 - Partes relacionadas

5.1. Identificação das partes relacionadas

AR

5.1.1. Identificar se existem participações entre entidades

Descrição	Texto
Participa no capital de outras pessoas coletivas? (Sim/Não)	Sim
É a entidade controladora final? (Sim/Não)	Não
Se não, identifique a entidade controladora final:	
Denominação	
NIF	
LEI	
Sede (País)	
Se não residente, indique a entidade controladora no território nacional:	
Denominação	
NIF	
LEI	
Existem pessoas coletivas que participam indiretamente no capital da entidade? (Sim/Não)	Não
A entidade participa indiretamente no capital de outras pessoas coletivas?	Não

5.1.2. Entidades participantes

5.1.2.1. Participação no capital social da entidade

Descrição	Percentagem
De pessoas coletivas residentes	100,000000%
Total	100,000000%

5.1.2.2. Entidades que participam diretamente no capital da entidade



NIF	600006441
LEI	
Denominação	Direção Geral do Tesouro
Sede (País)	PT
CAE	
Part. direta capital (%)	100,000000%
Part. direta direitos voto (%)	100,000000%
Data de início da participação	06-02-2015
Data de fim da participação	

5.1.3. Entidades participadas

5.1.3.1. Entidades em que a entidade participa diretamente

NIF	510853960
LEI	
Denominação	Fundo de Compensação do Trabalho
Sede (País)	PT
CAE	
Dividendos pagos pela participante	Não
Natureza relação	Outra
A participada é consolidada pela entidade? (Sim / Não)	Não
Se SIM, indique o método	NA
A participada é controlada pela entidade? (Sim / Não)	Não
Part. direta capital (%)	
Part. direta direitos voto (%)	
Data de início da participação	16-12-2015
Data de fim da participação	

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão, conforme quadro seguinte:

AA

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Total de remunerações	186 023,42	224 944,82
Total benefícios de curto prazo dos empregados		
Total benefícios pós-emprego		
Total benefícios de longo prazo		
Total benefícios por cessação de emprego		
Total pagamentos com base em ações		

5.3. Divulgações específicas relativas a entidades ligadas à administração pública

A entidade não tem transacções nem saldos pendentes com a Administração Pública. Não foram reconhecidos ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa de saldos pendentes com a Administração Pública nem gastos com dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa relacionados com a Administração Pública.

6 - Ativos intangíveis

6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

6.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n. 2 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Goodwill				
Projetos de desenvolvimento				
Programas de computadores	Custo Aquisição	Linha Recta	4	33,33
Propriedade industrial				
Outros ativos intangíveis				

Os métodos de amortização usados para os ativos intangíveis são: método das quotas constantes (ou da linha reta).

6.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:



Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			8 416,00					8 416,00
Amortizações acumuladas totais no fim do período			4 675,55					4 675,55
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			8 416,00					8 416,00
Amortizações acumuladas			1 870,22					1 870,22
Saldo no início do período			6 545,78					6 545,78
Variações do período			(2 805,33)					(2 805,33)
Total de aumentos								
Amortizações do período			2 805,33					2 805,33
Total diminuições			2 805,33					2 805,33
Saldo no final do período			3 740,45					3 740,45

Quadro comparativo:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			8 416,00					8 416,00
Amortizações acumuladas totais no fim do período			1 870,22					1 870,22
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Saldo no início do período								
Variações do período			6 545,78					6 545,78
Aquisições em primeira mão			8 416,00					8 416,00
Total de aumentos			8 416,00					8 416,00
Amortizações do período			1 870,22					1 870,22
Total diminuições			1 870,22					1 870,22
Saldo no final do período			6 545,78					6 545,78

6.2. Divulgações sobre restrições e garantias

Não existem Ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida nem Ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6.3. Divulgações sobre compromissos contratuais

Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

6.4. Outras informações

Não existem outras informações a divulgar relacionadas com Ativos Intangíveis.

7 - Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

7.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Os ativos fixos tangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição ou produção, líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização em que a empresa espera incorrer. Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	custo de aquisição	linha recta	3	33,33
Equipamento básico	custo de aquisição	linha recta	5	20
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	custo de aquisição	linha recta	4 a 8 anos	
Equipamentos biológicos				
Outros ativos fixos tangíveis				

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificado complementar 2 — cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

7.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		35 262,00	313 288,20		27 494,74					376 044,94
Depreciações acumuladas		35 262,00	46 047,63		16 380,51					97 690,14
Saldo no início do período			267 240,57		11 114,23					278 354,80
Variações do período			642 147,31		(95,76)					642 051,55
Total de aumentos			700 205,95		5 106,59					705 312,54
Aquisições em primeira mão			700 205,95		5 106,59					705 312,54
Total diminuições			58 058,64		5 202,35					63 260,99
Depreciações do período			58 058,64		5 202,35					63 260,99
Saldo no fim do período			909 387,88		11 018,47					920 406,35
Valor bruto no fim do período		35 262,00	1 013 494,15		32 601,33					1 081 357,48
Depreciações acumuladas no fim do período		35 262,00	104 106,27		21 582,86					160 951,13

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		35 262,00	111 278,00		27 494,74					174 034,74
Depreciações acumuladas		23 508,00			13 723,77					37 231,77
Saldo no início do período		11 754,00	111 278,00		13 770,97					136 802,97
Variações do período		(11 754,00)	155 962,57		(2 656,74)					141 551,83
Total de aumentos			202 010,20		2 711,10					204 721,30
Aquisições em primeira mão			202 010,20							202 010,20
Outros aumentos					2 711,10					2 711,10
Total diminuições		11 754,00	46 047,63		5 367,84					63 169,47
Depreciações do período		11 754,00	46 047,63		5 367,84					63 169,47
Saldo no fim do período			267 240,57		11 114,23					278 354,80
Valor bruto no fim do período		35 262,00	313 288,20		27 494,74					376 044,94
Depreciações acumuladas no fim do período		35 262,00	46 047,63		16 380,51					97 690,14

7.2. Divulgações sobre restrições e garantias

Não existem Ativos fixos tangíveis cuja titularidade está restringida nem Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.

7.3. Divulgações sobre compromissos contratuais

Existem os seguintes compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis, no âmbito da execução do protocolo celebrado com a AMAL, o Turismo de Portugal e a totalidade dos Municípios do Algarve e financiado pelo Turismo de Portugal e da execução dos projetos de investimento de atualização e expansão da rede piloto, definidos no Despacho nº 8809/2015, de 29 de julho, do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, publicado no Diário da República nº 154, de 10 de agosto, e na Resolução do Conselho de Ministro nº 49/2016, de 8 de junho, publicada no Diário da República nº 168, de 1 de setembro, ambos financiados pelo PO SUER e pelo Fundo Ambiental:

- “Contrato de aquisição e instalação de 16 postos de carregamento normal para a rede piloto de mobilidade elétrica, alimentados em baixa tensão normal”, precedido do procedimento de Concurso Público n.º 2/2018, celebrado com a sociedade EVCE POWER, Lda., a 16 de outubro de 2018, pelo preço global máximo de € 94.280 + IVA.
- “Contrato de Aquisição de Serviços Técnicos Para Atualização Tecnológica de 304 Postos de Carregamento de Veículos Elétricos, Sem Upgrade de Potência”, precedido do procedimento de Ajuste Direto nº AD_01_18, celebrado com a sociedade EFACEC, Electric Mobility, S.A., a 19 de fevereiro de 2019, pelo preço global máximo de € 570 984,00 + IVA.
- “Contrato de aquisição e instalação de 202 postos de carregamento normal para a rede piloto de mobilidade elétrica”, precedido do procedimento de Concurso Público com Publicidade Internacional n.º 3/2017, celebrado com a sociedade RESUL, EQUIPAMENTOS DE ENERGIA, S.A., a 28 de agosto de 2018, pelo preço global máximo de 1.196.426,50 € + IVA.

7.4. Depreciação reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos

As depreciações reconhecidas em resultados ascendem ao valor de € 66.066,33, não foram reconhecidas depreciações como custo de outros ativos.

8 - Locações

8.1. Locações operacionais — locatários

A entidade tem contratualizado no período dois contratos de locação operacional, referentes a duas viaturas. As rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração de Resultados. Ambos os contratos não têm opção de compra nem cláusulas de escalonamento.

Nº Contrato	Locadora	Bem locado	Valor	Opção de compra e outros detalhes
705003	BMW Financial Services	Viatura 67-SM-72	30 328,90	
Z015585A-CG	Zeev	Viatura 92-XD-60	37 760,39	

8.2. Resumo das locações de acordo com o quadro seguinte, e outras informações

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto					
Saldo no fim do período					
Total dos futuros pagamentos mínimos					17 605,15
Até um ano					13 412,96
De um a cinco anos					4 192,19
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos					16 294,12
Até um ano					12 254,72
De um a cinco anos					4 039,40
Mais de cinco anos					

Quadro comparativo:

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto					
Saldo no fim do período					
Total dos futuros pagamentos mínimos					
Até um ano					7 057,06
De um a cinco anos					525,77
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos					
Até um ano					6 508,23
De um a cinco anos					518,51
Mais de cinco anos					

9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

9.1. Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas

Os subsídios à exploração reconhecidos dizem respeito aos valores recebidos e a receber pelo Fundo Ambiental, Projecto PSA e CIRVE-PT para suportar as necessidades de funcionamento da entidade, conforme protocolo entre empresa e as referidas entidades. Os subsídios são reconhecidos independentemente do seu recebimento, como rendimentos no período em que os gastos que estes visam cobrir se realizam. Foi também reconhecido e recebido subsídios ao investimento para suportar os gastos com a aquisição de postos de carregamento de mobilidade elétrica, registado nas contas de Capital Próprio. Os subsídios são reconhecidos pelo justo valor, quando existe garantia suficiente de que o mesmo irá ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

9.2. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

AN.

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent.- Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento		0,00	144 840,77	109 200,00	560 471,77	560 471,77		560 471,77	560 471,77
Para ativos fixos tangíveis		0,00	144 840,77	109 200,00	560 471,77	560 471,77		560 471,77	560 471,77
Equipamento básico		0,00	144 840,77	109 200,00	560 471,77	560 471,77		560 471,77	560 471,77
Equipamento administrativo									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	1 350 000,00	2 800 000,00	2 593 064,72	22 960,54	22 180,00	22 180,00			
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	1 350 000,00	2 800 000,00	2 737 905,49	132 161,23	582 651,77	582 651,77		560 471,77	560 471,77

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent.- Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	715 070,00			87 494,23	109 200,69	132 770,69			
Para ativos fixos tangíveis	715 070,00			87 494,23	109 200,69	132 770,69			
Equipamento básico	715 070,00			87 494,23	109 200,69	132 770,69			
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	500 000,00	1 350 000,00	1 617 581,02		22 960,54	63 060,18	15 310,54		55 410,18
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	1 215 070,00	1 350 000,00	1 617 581,02	87 494,23	132 161,23	195 830,87	15 310,54		55 410,18

9.3.

Evidências sobre condições associadas ao cumprimento das condições associadas à atribuição do subsídio

Os subsídios atribuídos pelo Fundo Ambiental estão associados à atividade da MOBI.E, S.A. de concretização da 2.ª fase da rede piloto de postos de carregamento de veículos elétricos em território nacional, de criação de condições necessárias à transição para o novo modelo de mobilidade elétrica, concretamente o início da fase comercial da mobilidade elétrica, e de garantia do regular funcionamento da rede piloto nacional em todos os Concelhos do território continental.

Os subsídios ao investimento, atribuídos pelo PO SEUR, são atribuídos em função da execução dos projetos de investimento de atualização e expansão da rede piloto e da correspondente realização da despesa, não cobrindo no entanto toda a despesa. A restante componente da despesa não financiada pelo POSEUR na aquisição dos postos de carregamento eléctricos é financiada pelo Fundo Ambiental.

Foi também reconhecido um subsídio ao investimento do Turismo de Portugal no período anterior, com despesa já realizada mas cujo recebimento ainda não foi efectuado.

10 - Acontecimentos após a data do balanço

10.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão a 29 de setembro de 2020 pelo Conselho de Administração.

10.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Não foram recebidas informações após a data do balanço que impliquem atualizações das divulgações.

10.3. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não existem acontecimentos após a data do balanço a divulgar.

11 - Impostos e contribuições

11.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	278 251,78	(205 817,80)
Imposto corrente	19 347,17	1 690,35
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	19 347,17	1 690,35
Tributações autónomas	467,69	1 690,35
Taxa efetiva de imposto	6,95	(0,82)

11.2. Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte

Descrição	Resultados	Capitais próprios	Total	Resultados Per. Anterior	Cap. Próprios Per. Anterior	Total Período Anterior
Imposto do período	19 347,17		19 347,17	1 690,35		1 690,35
Gastos (rendimentos) de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:						
Gastos (rendimentos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:						
Impostos do período - discriminação:						
Imposto diferido						
Imposto corrente	19 347,17		19 347,17	1 690,35		1 690,35

11.3. Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

O gasto de imposto do período diz respeito ao imposto apurado sobre o Matéria Colectável do período e a Tributações Autónomas sobre Despesas de Representação, Ajudas de Custo e compensação por deslocação em viatura própria reconhecidos como gastos no período.
Não foram contabilizados impostos diferidos.

11.4. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	1 309,43	19 347,17	1 561,43	1 690,35
Pagamentos por conta	1 309,43		1 561,43	
<i>Pagamentos normais</i>			252,00	
<i>Pagamentos especiais</i>	1 309,43		1 309,43	
Imposto estimado		19 347,17		1 690,35
Retenção de impostos sobre rendimentos		7 281,00		7 176,96
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	262 621,20		48 986,64	
Contribuições para a Segurança Social		5 435,32		5 681,04
Outras tributações		15 779,09		4 973,27
Total	263 930,63	47 842,58	50 548,07	19 521,62

12 - Instrumentos financeiros

12.1. Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os instrumentos financeiros são reconhecidos pelo seu valor nominal a pagar ou receber, não tendo sido reconhecidas perdas por imparidade.
Não existem instrumentos financeiros mensurados ao justo valor nem ao custo amortizado.

12.2. Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			461 910,37		
Outras contas a receber			461 910,37		
Passivos financeiros:			1 453 820,45		
Fornecedores			6 556,98		
Outras contas a pagar			1 447 263,47		
Ganhos e perdas líquidos:			(47,91)		
De passivos financeiros			(47,91)		
Rendimentos e gastos de juros:					

Quadro comparativo:

Am.

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			505 442,88		
Outras contas a receber			505 442,88		
Passivos financeiros:			1 196 169,15		
Fornecedores			165 820,84		
Outras contas a pagar			1 030 348,31		
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:					

12.3. Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias:

Não existem ativos dados em garantia ou penhor, como colateral de passivos ou passivos contingentes.

12.4. Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

A entidade não contraiu empréstimos no período.

12.5. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social no valor de € 50.000,00, encontra-se totalmente realizado.

12.6. Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social é representado por 50.000 ações nomativas e tituladas, com o valor nominal de € 1,00 cada.

12.7. Identificação das participações de capital em entidades que não sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas

A entidade detém uma participação nos Fundos de Compensação do Trabalho no valor de € 1.864,19.

13 - Benefícios dos empregados

13.1. Número médio de empregados e gastos de pessoal

13.1.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	7,00	10 798,00	7,00	10 432,00
Pessoas remuneradas	7,00	10 798,00	7,00	10 432,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	7,00	10 798,00	7,00	10 432,00
Pessoas a tempo completo	7,00	10 798,00	7,00	10 432,00
(das quais pessoas remuneradas)	7,00	10 798,00	7,00	10 432,00
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	7,00	10 798,00	7,00	10 432,00
Masculino	4,00	6 170,00	4,00	7 296,00
Feminino	3,00	4 628,00	3,00	3 136,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessos colocadas por agências de trabalho temporário				

13.1.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	431 927,37	434 096,69
Remunerações dos órgãos sociais	186 023,42	224 944,82
Remunerações do pessoal	152 126,99	125 513,44
Indemnizações	11 861,70	
Encargos sobre as remunerações	79 216,58	81 472,61
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2 698,68	1 925,82
Outros gastos com o pessoal, dos quais:		240,00
- formação		240,00

14 - Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Fornecimentos e serviços externos	1 834 675,65	1 834 675,65
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Número médio de pessoas ao serviço	6,00	6,00
Gastos com o pessoal	431 927,37	431 927,37
Remunerações	338 150,41	338 150,41
Outros gastos	93 776,96	93 776,96
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	920 406,35	920 406,35
Total das aquisições	705 312,54	705 312,54
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Fornecimentos e serviços externos	1 436 331,82	1 436 331,82
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Número médio de pessoas ao serviço	7,00	7,00
Gastos com o pessoal	434 096,69	434 096,69
Remunerações	350 458,26	350 458,26
Outros gastos	83 638,43	83 638,43
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	278 354,80	278 354,80
Total das aquisições	202 010,20	202 010,20
Propriedades de investimento		

14.2. Informação por mercado geográfico

At.

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços				
Fornecimentos e serviços externos	1 834 555,77	119,88		1 834 675,65
Aquisições de ativos fixos tangíveis	705 312,54			705 312,54
Rendimentos suplementares:				

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços				
Fornecimentos e serviços externos	1 436 281,83	49,99		1 436 331,82
Aquisições de ativos fixos tangíveis	202 010,20			202 010,20
Aquisições de ativos intangíveis	8 416,00			8 416,00
Rendimentos suplementares:				

14.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

- Prémios sobre os resultados com base em ações

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em ações, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Ações próprias

A Entidade não detém ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

15 - Outras informações

AA-

15.1. Proposta de aplicação de resultados (ou, se aplicável, a aplicação dos resultados)

A Administração propõe a seguinte aplicação do Resultado Líquido do exercício:
- Constituição de Reserva Legal: 12.945,23 €
- Transferência para Resultados Transitados: 245.959,38 €

15.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	675 390,00	675 390,00
Serviços especializados	259 242,53	238 951,73
Trabalhos especializados	208 843,10	222 922,83
Publicidade e propaganda	5 402,50	
Honorários		3 130,00
Conservação e reparação	36 798,53	10 392,96
Outros	8 198,40	2 505,94
Materiais	1 527,13	2 996,59
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	557,92	2 024,12
Livros e documentação técnica	0,67	20,75
Material de escritório	968,54	804,77
Outros		146,95
Energia e fluidos	817 659,76	419 009,84
Eletricidade	817 450,87	418 862,41
Água	208,89	147,43
Deslocações, estadas e transportes	7 906,67	9 834,43
Deslocações e estadas	7 906,67	9 782,15
Outros		52,28
Serviços diversos	72 949,56	90 149,23
Rendas e alugueres	40 789,56	39 820,07
Comunicação	17 744,94	35 604,64
Seguros	3 018,96	1 967,22
Contencioso e notariado	293,75	391,50
Despesas de representação	2 533,55	4 286,77
Limpeza, higiene e conforto	3 386,03	2 952,56
Outros serviços	5 182,77	5 126,47
Total	1 834 675,65	1 436 331,82

16 - Divulgações adicionais para as entidades de interesse público

16.1. Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários faturados no período pelo revisor oficial de contas ascenderam a € 11.400,00.

17 – Balancete Analítico

NA

SNC - MOBILE, SA - PRIVADO

Pág. 1/5

Balancete Geral (Período [Abertura - Dezembro] e Acumulado) - 2019

Valores em EUR

Lançamentos: <TODOS>

		Abertura - Dezembro			Acumulado		
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
01	Receita do período corren	19 292 512,22	16 774 501,44	2 518 010,78 D	19 292 512,22	16 774 501,44	2 518 010,78 D
011	Previsões iniciais	2 131 899,00	2 131 899,00	0,00	2 131 899,00	2 131 899,00	0,00
012	Previsões corrigidas	0,00	4 350 169,40	4 350 169,40 C	0,00	4 350 169,40	4 350 169,40 C
013	Aterações orçamentais	2 218 270,40	2 218 270,40	0,00	2 218 270,40	2 218 270,40	0,00
0131	Reforços	316 574,15	316 574,15	0,00	316 574,15	316 574,15	0,00
01311	Reforços em previsões cor	316 574,15	0,00	316 574,15 D	316 574,15	0,00	316 574,15 D
01312	Reforços em previsões por	0,00	316 574,15	316 574,15 C	0,00	316 574,15	316 574,15 C
0133	Créditos especiais	1 901 696,25	1 901 696,25	0,00	1 901 696,25	1 901 696,25	0,00
01331	Créditos especiais em pre	1 901 696,25	0,00	1 901 696,25 D	1 901 696,25	0,00	1 901 696,25 D
01332	Créditos especiais em pre	0,00	1 901 696,25	1 901 696,25 C	0,00	1 901 696,25	1 901 696,25 C
014	Previsões por liquidar	4 350 169,40	4 037 081,32	313 088,08 D	4 350 169,40	4 037 081,32	313 088,08 D
015	Liquidações	4 037 081,32	4 037 081,32	0,00	4 037 081,32	4 037 081,32	0,00
0151	Liquidações transitadas	48 986,64	0,00	48 986,64 D	48 986,64	0,00	48 986,64 D
0152	Liquidações emitidas	3 988 094,68	0,00	3 988 094,68 D	3 988 094,68	0,00	3 988 094,68 D
0153	Liquidações recebidas	0,00	4 037 081,32	4 037 081,32 C	0,00	4 037 081,32	4 037 081,32 C
017	Recebimentos	6 555 092,10	0,00	6 555 092,10 D	6 555 092,10	0,00	6 555 092,10 D
0171	Recebimentos do período	5 536 271,18	0,00	5 536 271,18 D	5 536 271,18	0,00	5 536 271,18 D
0172	Recebimentos de períodos	1 018 820,92	0,00	1 018 820,92 D	1 018 820,92	0,00	1 018 820,92 D
02	Despesa do período corren	28 126 830,44	28 126 830,44	0,00	28 126 830,44	28 126 830,44	0,00
021	Dotações iniciais	2 131 899,00	2 131 899,00	0,00	2 131 899,00	2 131 899,00	0,00
022	Dotações corrigidas	4 833 656,56	302 061,34	4 531 595,22 D	4 833 656,56	302 061,34	4 531 595,22 D
023	Modificações orçamentais	3 962 823,93	4 138 135,15	175 311,22 C	3 962 823,93	4 138 135,15	175 311,22 C
0231	Reforços	802 061,34	802 061,34	0,00	802 061,34	802 061,34	0,00
02311	Reforços em dotações cor	0,00	802 061,34	802 061,34 C	0,00	802 061,34	802 061,34 C
02312	Reforços em dotações disp	802 061,34	0,00	802 061,34 D	802 061,34	0,00	802 061,34 D
0232	Anulações	802 061,34	802 061,34	0,00	802 061,34	802 061,34	0,00
02321	Anulações em dotações cor	802 061,34	0,00	802 061,34 D	802 061,34	0,00	802 061,34 D
02322	Anulações em dotações dis	0,00	802 061,34	802 061,34 C	0,00	802 061,34	802 061,34 C
0233	Créditos Especiais	1 901 696,25	1 901 696,25	0,00	1 901 696,25	1 901 696,25	0,00
02331	Créditos Especiais em cot	0,00	1 901 696,25	1 901 696,25 C	0,00	1 901 696,25	1 901 696,25 C
02332	Créditos Especiais em cot	1 901 696,25	0,00	1 901 696,25 D	1 901 696,25	0,00	1 901 696,25 D
0234	Dotações retidas	457 005,00	632 316,22	175 311,22 C	457 005,00	632 316,22	175 311,22 C
02341	Cabzios	457 005,00	632 316,22	175 311,22 C	457 005,00	632 316,22	175 311,22 C
024	Dotações disponíveis	5 250 887,87	5 635 948,90	385 061,03 C	5 250 887,87	5 635 948,90	385 061,03 C
025	Cabzimentos	4 216 764,97	4 216 764,97	0,00	4 216 764,97	4 216 764,97	0,00
0251	Cabzimentos registados	343 275,74	3 955 502,55	3 612 226,81 C	343 275,74	3 955 502,55	3 612 226,81 C
0252	Cabzimentos com compromiss	3 873 489,23	251 262,42	3 622 226,81 D	3 873 489,23	251 262,42	3 622 226,81 D
026	Compromissos	4 077 836,14	4 107 329,95	25 493,83 C	4 077 836,14	4 107 329,95	25 493,83 C
0261	Compromissos assumidos	400 243,09	3 873 477,66	3 473 234,57 C	400 243,09	3 873 477,66	3 473 234,57 C
0262	Compromissos com obrigação	3 677 593,05	233 852,33	3 443 740,72 D	3 677 593,05	233 852,33	3 443 740,72 D
027	Orações	3 650 131,67	3 678 249,20	28 117,53 C	3 650 131,67	3 678 249,20	28 117,53 C
0271	Orações processadas	233 852,33	3 677 581,48	3 443 729,15 C	233 852,33	3 677 581,48	3 443 729,15 C
0272	Orações pagas	3 416 279,34	206,98	3 416 072,36 D	3 416 279,34	206,98	3 416 072,36 D
0273	Orações a transitar	0,00	460,74	460,74 C	0,00	460,74	460,74 C
028	Pagamentos	206,98	3 416 279,34	3 416 072,36 D	206,98	3 416 279,34	3 416 072,36 D
0281	Pagamentos do período	206,98	3 257 193,97	3 256 986,99 C	206,98	3 257 193,97	3 256 986,99 C
0282	Pagamentos de períodos fi	0,00	159 085,37	159 085,37 C	0,00	159 085,37	159 085,37 C
029	Reposições automáticas eoz p	623,25	162,55	460,74 D	623,25	162,55	460,74 D
0291	RAP emitidas	162,55	0,00	162,55 D	162,55	0,00	162,55 D
0292	RAP recebidas	460,74	162,55	298,19 D	460,74	162,55	298,19 D
07	Operações de Tesouraria	322 862,14	322 862,14	0,00	322 862,14	322 862,14	0,00
071	Recebimentos por operação	161 431,07	0,00	161 431,07 D	161 431,07	0,00	161 431,07 D
0712	Cobrança de receita por c	161 431,07	0,00	161 431,07 D	161 431,07	0,00	161 431,07 D
07121	Cobrança de receita por c	161 431,07	0,00	161 431,07 D	161 431,07	0,00	161 431,07 D
071211	Cobrança de receita por c	161 431,07	0,00	161 431,07 D	161 431,07	0,00	161 431,07 D
072	Pagamentos por operações	0,00	161 431,07	161 431,07 C	0,00	161 431,07	161 431,07 C
0722	Entrega de receita cobrac	0,00	161 431,07	161 431,07 C	0,00	161 431,07	161 431,07 C
07221	Entrega de receita cobrac	0,00	161 431,07	161 431,07 C	0,00	161 431,07	161 431,07 C
072211	Entrega de receita cobrac	0,00	161 431,07	161 431,07 C	0,00	161 431,07	161 431,07 C
079	Contas Refletiva	161 431,07	161 431,07	0,00	161 431,07	161 431,07	0,00
0791	Recebimentos por operação	0,00	161 431,07	161 431,07 C	0,00	161 431,07	161 431,07 C
0792	Pagamentos por operações	161 431,07	0,00	161 431,07 D	161 431,07	0,00	161 431,07 D
11	Caixa	1,70	0,16	1,54 D	1,70	0,16	1,54 D

Balancete Geral (Período [Abertura - Dezembro] e Acumulado) - 2019

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Abertura - Dezembro				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
111	Caixa	1,70	0,16	1,54 D	1,70	0,16	1,54 D
12	Depósitos à ordem	5 118 515,69	4 495 340,71	623 174,98 D	5 118 915,69	4 495 340,71	623 574,98 D
121	Depósitos à ordem	5 118 515,69	4 495 340,71	623 174,98 D	5 118 915,69	4 495 340,71	623 574,98 D
1212	Santander 0003 4027 4565	375 149,87	375 149,87	0,00	375 149,87	375 149,87	0,00
1213	IGCP 00173	3 660 160,09	3 290 825,74	369 334,35 D	3 660 160,09	3 290 825,74	369 334,35 D
1214	IGCP 196	672 989,91	418 749,28	254 240,63 D	672 989,91	418 749,28	254 240,63 D
1215	IGCP 197	410 615,82	410 615,82	0,00	410 615,82	410 615,82	0,00
22	Fornecedores *	3 203 083,18	3 209 305,58	6 222,40 C	3 203 083,18	3 209 305,58	6 222,40 C
221	Fornecedores c/c	3 203 083,18	3 209 305,58	6 222,40 C	3 203 083,18	3 209 305,58	6 222,40 C
2211	Fornecedores gerais	3 203 083,18	3 209 305,58	6 222,40 C	3 203 083,18	3 209 305,58	6 222,40 C
22111	Fornecedores - gr - mercs	3 202 963,30	3 209 185,70	6 222,40 C	3 202 963,30	3 209 185,70	6 222,40 C
221110002	Ana Maria Rodriguez	1 455,30	1 455,30	0,00	1 455,30	1 455,30	0,00
221110005	Cederno Virtual - Cont. C	32 381,93	32 381,93	0,00	32 381,93	32 381,93	0,00
221110006	CEIA - Centro de Engenharia	899 957,24	899 957,24	0,00	899 957,24	899 957,24	0,00
221110007	Cesario Pereira, Antonio e	14 022,00	16 359,00	2 337,00 C	14 022,00	16 359,00	2 337,00 C
221110009	Fundação Nossa Senhora da	31 764,49	31 832,30	67,81 C	31 764,49	31 832,30	67,81 C
221110010	Iberweb, Lda.	2 530,08	2 530,08	0,00	2 530,08	2 530,08	0,00
221110014	Nespresso - Nestlé Portugal	681,70	681,70	0,00	681,70	681,70	0,00
221110015	Fonte Vida - Jet Cooler -	454,03	503,43	51,40 C	454,03	503,43	51,40 C
221110016	CABL - Consórcio de Autamó	0,00	194,02	194,02 C	0,00	194,02	194,02 C
221110017	MediósForma - Med. Trab.	112,00	168,00	56,00 C	112,00	168,00	56,00 C
221110018	Neotímpe - Soc. Técnica d	3 015,36	3 015,36	0,00	3 015,36	3 015,36	0,00
221110024	EDF Comercial SA	239,21	239,21	0,00	239,21	239,21	0,00
221110025	BMW Renting (Portugal) Ld	13 048,58	13 048,58	0,00	13 048,58	13 048,58	0,00
221110027	MEO - Serviços de Comunic	146 714,99	146 653,61	61,38 D	146 714,99	146 653,61	61,38 D
221110029	Wice Travel & Events	346,60	346,60	0,00	346,60	346,60	0,00
221110033	I AM - Consultoria, Lda.	0,45	0,45	0,00	0,45	0,45	0,00
221110043	Niusistemas - Power for B	1 725,08	1 725,08	0,00	1 725,08	1 725,08	0,00
221110044	360imprimir - Binary Subj	116,32	116,32	0,00	116,32	116,32	0,00
221110045	ENAT - Energias Naturais,	1 770,03	1 770,03	0,00	1 770,03	1 770,03	0,00
221110049	Kilometer Low Cost, SA.	410 615,82	410 615,82	0,00	410 615,82	410 615,82	0,00
221110052	EDP Distribuição - Energ	8 026,27	7 733,07	273,20 D	8 026,27	7 733,07	273,20 D
221110053	Odiclina - Sociedade Téc	369,00	369,00	0,00	369,00	369,00	0,00
221110057	Júdice Glória, Teódo	94 402,50	94 402,50	0,00	94 402,50	94 402,50	0,00
221110059	IGCP Agência de Gestão da	183,34	183,34	0,00	183,34	183,34	0,00
221110061	Imprensa Nacional Casa da	145,13	145,13	0,00	145,13	145,13	0,00
221110064	Zeev, Lda.	8 414,99	8 414,99	0,00	8 414,99	8 414,99	0,00
221110065	Inovflow	3 816,08	3 816,08	0,00	3 816,08	3 816,08	0,00
221110070	Resul - Equipamentos de E	515 061,62	515 061,62	0,00	515 061,62	515 061,62	0,00
221110071	Gulp Power, SA	922 726,26	924 679,88	1 953,62 C	922 726,26	924 679,88	1 953,62 C
221110072	Mobility Evolution - Inov	1 934,22	2 603,34	669,12 C	1 934,22	2 603,34	669,12 C
221110073	Arnaldo Ferreira Marçal	28 499,35	29 508,70	1 009,35 C	28 499,35	29 508,70	1 009,35 C
221110075	Apple Distributions Inter	99,00	99,00	0,00	99,00	99,00	0,00
221110077	Prio.E - Mobility Solutio	116,45	116,45	0,00	116,45	116,45	0,00
221110078	Santander 4565 020	185,54	185,54	0,00	185,54	185,54	0,00
221110079	Instituto dos Registos e	591,25	591,25	0,00	591,25	591,25	0,00
221110081	GRCAPP Unipessoal Lda	408,61	408,61	0,00	408,61	408,61	0,00
221110083	Fidelidade - Companhia de	5 796,77	5 796,77	0,00	5 796,77	5 796,77	0,00
221110084	Francisco Xavier Matos P	245,00	245,00	0,00	245,00	245,00	0,00
221110085	Expovigens - Vigens e T	3 958,80	3 958,80	0,00	3 958,80	3 958,80	0,00
221110086	Selec Informática & Telec	812,00	812,00	0,00	812,00	812,00	0,00
221110087	CSMTEC Engenharia e insta	6 134,01	6 134,01	0,00	6 134,01	6 134,01	0,00
221110088	Primavera Business Softwar	1 642,35	1 642,35	0,00	1 642,35	1 642,35	0,00
221110089	Serralharia Idevetas - So	1 783,50	1 783,50	0,00	1 783,50	1 783,50	0,00
221110090	CP - Comboios de Portugal	85,25	85,25	0,00	85,25	85,25	0,00
221110091	S.T.E. - Sociedade Turism	68,40	68,40	0,00	68,40	68,40	0,00
221110092	HorizonDistance - Unipess	0,00	218,66	218,66 C	0,00	218,66	218,66 C
221110093	CTT Correios de Portugal S	5,83	5,83	0,00	5,83	5,83	0,00
221110094	Litopsis - Tecnologias d	1 646,53	1 646,53	0,00	1 646,53	1 646,53	0,00
221110095	PRN - Informática, Lda.	598,15	598,15	0,00	598,15	598,15	0,00
221110096	TCSI-DIGIBÉRIA	4 081,14	4 081,14	0,00	4 081,14	4 081,14	0,00
221110097	Timestamp - Sistemas de I	11 946,38	11 946,38	0,00	11 946,38	11 946,38	0,00
221110099	STAPLES PORTUGAL - EQUIPA	193,96	193,96	0,00	193,96	193,96	0,00

Balancete Geral (Período [Abertura - Dezembro] e Acumulado) - 2019

valores em EUR

Lançamentos: <TODOS>

Conta	Descrição	Abertura - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
221110100	Sereia Matias & Associad	3 690,00	3 690,00	0,00	3 690,00	3 690,00	0,00
221110101	Autoridade Tributária e A	29,63	29,63	0,00	29,63	29,63	0,00
221110102	GATA COMUNICAÇÃO, LDA	4 920,00	4 920,00	0,00	4 920,00	4 920,00	0,00
221110103	P&P, Netcommerce, Lda	30,38	30,38	0,00	30,38	30,38	0,00
221110104	Bana Consulting, Lda.	861,00	861,00	0,00	861,00	861,00	0,00
221110105	EVCE POWER LDA	8 487,00	8 487,00	0,00	8 487,00	8 487,00	0,00
221110106	UNICRE - instituição Fina	0,02	0,02	0,00	0,02	0,02	0,00
221110107	DMNS - Domínios, SA	16,36	16,36	0,00	16,36	16,36	0,00
22112	Fornecedores - gr - merca	119,88	119,88	0,00	119,88	119,88	0,00
221120042	ADOBE Systems Software	119,88	119,88	0,00	119,88	119,88	0,00
23	Pessoal	214 387,93	223 041,18	8 653,25 C	214 387,93	223 041,18	8 653,25 C
231	Remunerações a pagar *	204 404,63	212 963,93	8 559,30 C	204 404,63	212 963,93	8 559,30 C
2311	Aos órgãos sociais	113 088,82	122 614,26	9 525,44 C	113 088,82	122 614,26	9 525,44 C
231101	Alexandre Nunes Videira	41 546,63	41 546,63	0,00	41 546,63	41 546,63	0,00
231102	Nuno Malta de Abreu	3 977,28	14 766,18	8 788,90 C	3 977,28	14 766,18	8 788,90 C
231103	Nuno Cayolla Bonneville	33 309,86	33 309,86	0,00	33 309,86	33 309,86	0,00
231104	Luís Barroso	19 870,46	20 607,00	736,54 C	19 870,46	20 607,00	736,54 C
231105	Anabela Costa	10 384,37	10 384,37	0,00	10 384,37	10 384,37	0,00
23112	Ao pessoal	91 315,81	90 349,67	966,14 D	91 315,81	90 349,67	966,14 D
231202	António Marques Monteiro	26 657,42	26 657,42	0,00	26 657,42	26 657,42	0,00
231203	Teresa Morais da Costa	27 274,34	27 299,34	25,00 C	27 274,34	27 299,34	25,00 C
231204	Margarida Pais Ribeiro	18 509,94	18 509,94	0,00	18 509,94	18 509,94	0,00
231206	Maria Margarida Benevides	18 876,91	17 882,77	994,14 D	18 876,91	17 882,77	994,14 D
238	Outras operações	9 583,30	10 077,23	93,93 C	9 583,30	10 077,23	93,93 C
2381	Com os órgãos sociais	8 512,15	8 590,88	78,73 C	8 512,15	8 590,88	78,73 C
23811	Com os órgãos sociais	8 512,15	8 590,88	78,73 C	8 512,15	8 590,88	78,73 C
238111	Alexandre Nunes Videira	3 156,97	3 230,32	73,35 C	3 156,97	3 230,32	73,35 C
238112	Nuno Malta de Abreu	1 638,24	1 638,33	0,31 C	1 638,24	1 638,33	0,31 C
238113	Nuno Cayolla Bonneville	3 524,83	3 526,83	2,02 C	3 524,83	3 526,83	2,02 C
238114	Luís Barroso	192,11	194,96	2,85 C	192,11	194,96	2,85 C
2382	Com o pessoal	1 471,15	1 486,37	15,22 C	1 471,15	1 486,37	15,22 C
23821	Com o pessoal	1 471,15	1 486,37	15,22 C	1 471,15	1 486,37	15,22 C
238211	António Marques Monteiro	857,76	859,16	1,40 C	857,76	859,16	1,40 C
238213	Teresa Morais da Costa	0,10	0,00	0,10 D	0,10	0,00	0,10 D
238214	Margarida Pais Ribeiro	613,29	627,21	13,92 C	613,29	627,21	13,92 C
24	Estados e Outros Empr PÚ	1 903 448,34	1 687 360,49	216 088,05 D	1 903 448,34	1 687 360,49	216 088,05 D
241	Imposto sobre o Rendiment	41 442,12	59 479,86	18 037,74 C	41 442,12	59 479,86	18 037,74 C
2411	IRC - Pagamento por Conta	1 309,43	1 309,43	0,00	1 309,43	1 309,43	0,00
24112	IRC - Pag. Conta - Pag. E	1 309,43	1 309,43	0,00	1 309,43	1 309,43	0,00
2411203	PEC 2015	490,44	490,44	0,00	490,44	490,44	0,00
2411205	PEC 2017	322,87	322,87	0,00	322,87	322,87	0,00
2411206	PEC 2018	496,12	496,12	0,00	496,12	496,12	0,00
2413	IRC - Estimado	19 347,17	19 347,17	0,00	19 347,17	19 347,17	0,00
2415	IRC - Apuramento	19 347,17	19 347,17	0,00	19 347,17	19 347,17	0,00
2416	IRC - A Pagar	1 438,33	19 476,06	18 037,74 C	1 438,33	19 476,06	18 037,74 C
242	Retenção de Impostos sobr	110 577,75	117 838,75	7 261,00 C	110 577,75	117 838,75	7 261,00 C
2421	RIR-Trabalho dependente	110 144,00	117 425,00	7 281,00 C	110 144,00	117 425,00	7 281,00 C
242101	Retenção IRS normal	110 144,00	117 425,00	7 281,00 C	110 144,00	117 425,00	7 281,00 C
2422	RIR-Trabalho independente	433,75	433,75	0,00	433,75	433,75	0,00
2422001	RIR - Ana Rodrigues	371,25	371,25	0,00	371,25	371,25	0,00
2422003	Francisco Xavier Matias P	62,50	62,50	0,00	62,50	62,50	0,00
243	Imposto s/valor Acrescent	1 640 261,20	1 577 640,00	262 621,20 D	1 640 261,20	1 577 640,00	262 621,20 D
2432	IVA - Deoutável	559 357,27	559 357,27	0,00	559 357,27	559 357,27	0,00
24322	IVA-Ded-Imobilizado	175 980,80	175 980,80	0,00	175 980,80	175 980,80	0,00
243222	IVA-Ded-Imob.-Taxa norma	175 980,80	175 980,80	0,00	175 980,80	175 980,80	0,00
2432221	IVA-Ded-Imob.-TxNor-Merc	175 980,80	175 980,80	0,00	175 980,80	175 980,80	0,00
24323	IVA-Ded-Outros Bens e Ser	383 376,47	383 376,47	0,00	383 376,47	383 376,47	0,00
243231	IVA-Ded-OB5-Taxa Reduzida	813,62	813,62	0,00	813,62	813,62	0,00
2432311	IVA-Ded-OB5-TxRed-Mercad	813,62	813,62	0,00	813,62	813,62	0,00
243232	IVA-Ded-OB5-Taxa Normal	382 562,85	382 562,85	0,00	382 562,85	382 562,85	0,00
2432321	IVA-Ded-OB5-TxNor-Mercad	382 562,85	382 562,85	0,00	382 562,85	382 562,85	0,00
2432322	IVA-Ded-OB5-TxNor-Mercad	27,37	27,37	0,00	27,37	27,37	0,00
2433	IVA - Liquidado	27,37	27,37	0,00	27,37	27,37	0,00

Balancete Geral (Período [Abertura - Dezembro] e Acumulado) - 2019

valores em EUR

Lançamentos: <TODOS>							
Abertura - Dezembro				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
24335	Iva Liq.-Trans. c/Autoiq	27,37	27,37	0,00	27,37	27,37	0,00
2433562	Iva Liq.-TCAL-OBS	27,37	27,37	0,00	27,37	27,37	0,00
24335622	Iva Liq.-TCAL-OBS-Tx Nor	27,37	27,37	0,00	27,37	27,37	0,00
2434	Iva - Regularizações	80,10	80,10	0,00	80,10	80,10	0,00
24342	Iva-REG-Mens./Trim. f/Es	80,10	80,10	0,00	80,10	80,10	0,00
243422	Iva-REG-FES-p/Devolução a	63,39	63,39	0,00	63,39	63,39	0,00
2434222	Iva-REG-FES-DF-Taxa Norma	63,39	63,39	0,00	63,39	63,39	0,00
24342223	Iva-REG-FES-DF-TxNor-OBS	63,39	63,39	0,00	63,39	63,39	0,00
243423	Iva-REG-FES-p/Desc.e Abat	16,71	16,71	0,00	16,71	16,71	0,00
2434232	RG FV EST-p/DAO-Tx Normal	16,71	16,71	0,00	16,71	16,71	0,00
24342323	Iva-REG-FES-p/DAO-TxNor-O	16,71	16,71	0,00	16,71	16,71	0,00
2435	Iva - Apuramento	513 988,77	513 988,77	0,00	513 988,77	513 988,77	0,00
2438	Iva - Resendimentos Pedidos	364 807,49	302 186,29	262 621,20 D	364 807,49	302 186,29	262 621,20 D
245	Contribuição p/ Seguranc	93 112,30	100 347,82	3 435,32 C	93 112,30	100 347,82	3 435,32 C
2451	Contribuição p/ Seguranc	93 112,30	100 347,82	3 435,32 C	93 112,30	100 347,82	3 435,32 C
24511	Contribuição p/ Seguranc	93 112,30	100 347,82	3 435,32 C	93 112,30	100 347,82	3 435,32 C
245	Outras Tributações	16 054,97	31 834,06	13 779,09 C	16 054,97	31 834,06	13 779,09 C
2451	CGA a pagar	14 439,03	30 170,22	13 731,19 C	14 439,03	30 170,22	13 731,19 C
2452	ADSE a pagar	1 041,14	1 041,14	0,00	1 041,14	1 041,14	0,00
2457	Outras Tributações - FCT	574,80	522,70	47,90 C	574,80	522,70	47,90 C
27	Outras contas a receber e	986 016,91	1 952 301,34	976 284,43 C	986 016,91	1 952 301,34	976 284,43 C
272	Devedores e credores por	699 111,66	767 781,41	68 669,73 C	699 111,66	767 781,41	68 669,73 C
2721	Devedores por acréscimos	472 680,66	33 669,11	437 011,33 D	472 680,66	33 669,11	437 011,33 D
27211	Devedores p/ acresc. rend	472 680,66	33 669,11	437 011,33 D	472 680,66	33 669,11	437 011,33 D
272119	Devedores p/ acresc. rend	472 680,66	33 669,11	437 011,33 D	472 680,66	33 669,11	437 011,33 D
27211904	FAI	432 381,02	0,00	432 381,02 D	432 381,02	0,00	432 381,02 D
27211905	Projeto CRVE FT	40 099,64	33 669,11	4 430,33 D	40 099,64	33 669,11	4 430,33 D
2722	Credores por acréscimos d	226 431,00	732 112,30	303 681,30 C	226 431,00	732 112,30	303 681,30 C
27222	Remunerações a Liquidar	38 837,22	104 889,03	46 031,83 C	38 837,22	104 889,03	46 031,83 C
27229	Outros Acréscimos de Gast	167 373,78	527 223,23	439 649,47 C	167 373,78	527 223,23	439 649,47 C
277	Cauções	730,00	4 714,00	3 984,00 C	730,00	4 714,00	3 984,00 C
277101	EVCE Power, Lda	0,00	4 714,00	4 714,00 C	0,00	4 714,00	4 714,00 C
2772	Entregues a terceiros	730,00	0,00	730,00 D	730,00	0,00	730,00 D
27721	Caução Renda Fundação	730,00	0,00	730,00 D	730,00	0,00	730,00 D
278	Outros devedores e credor	286 133,23	1 129 803,93	903 630,68 C	286 133,23	1 129 803,93	903 630,68 C
2781	Devedores diversos	6 936,84	6 936,84	0,00	6 936,84	6 936,84	0,00
27811	Devedores diversos - marc	6 936,84	6 936,84	0,00	6 936,84	6 936,84	0,00
278119	Devedores diversos MN - F	6 936,84	6 936,84	0,00	6 936,84	6 936,84	0,00
2789	Devedores e credores dive	279 218,41	1 182 869,09	903 630,68 C	279 218,41	1 182 869,09	903 630,68 C
27891	Devedores e Credores Dive	243 904,23	246 228,48	324,23 C	243 904,23	246 228,48	324,23 C
278911	Devedores e Credores Dive	243 904,23	246 228,48	324,23 C	243 904,23	246 228,48	324,23 C
2789111	Devedores e Credores Dive	243 904,23	246 228,48	324,23 C	243 904,23	246 228,48	324,23 C
278911003	EVCE Power, Lda	4 714,00	4 714,00	0,00	4 714,00	4 714,00	0,00
278911003	Petrogal	38 467,09	38 467,09	0,00	38 467,09	38 467,09	0,00
278911006	Ceja	194 058,32	194 058,32	0,00	194 058,32	194 058,32	0,00
278911008	Cartão IGCP António Monte	211,18	289,08	77,90 C	211,18	289,08	77,90 C
278911009	Cartão IGCP	8 433,64	8 699,99	246,33 C	8 433,64	8 699,99	246,33 C
27892	Sub. Investimento a Recon	33 314,18	936 640,61	903 326,43 C	33 314,18	936 640,61	903 326,43 C
278921	Sub. Investimento a Recon	33 314,18	936 640,61	903 326,43 C	33 314,18	936 640,61	903 326,43 C
2789211	Sub. Investimento a Recon	33 314,18	936 640,61	903 326,43 C	33 314,18	936 640,61	903 326,43 C
2789211001	Fundo Ambiental	0,00	742 871,27	742 871,27 C	0,00	742 871,27	742 871,27 C
2789211002	Turismo de Portugal	23 370,00	0,00	23 370,00 D	23 370,00	0,00	23 370,00 D
2789211003	Ajustamentos em subsídios	9 744,18	193 769,34	184 023,16 C	9 744,18	193 769,34	184 023,16 C
28	Diferimentos *	11 220,68	5 474,31	3 746,17 D	11 220,68	5 474,31	3 746,17 D
281	Gastos a reconhecer	11 220,68	5 474,31	3 746,17 D	11 220,68	5 474,31	3 746,17 D
2819	Outros Gastos Diferidos	11 220,68	5 474,31	3 746,17 D	11 220,68	5 474,31	3 746,17 D
28191	Seguros	3 467,77	2 309,85	2 937,88 D	3 467,77	2 309,85	2 937,88 D
28192	Rendas	3 732,91	2 964,62	2 788,29 D	3 732,91	2 964,62	2 788,29 D
41	Investimentos financeiros	1 864,19	0,00	1 864,19 D	1 864,19	0,00	1 864,19 D
413	Outros investimentos fina	1 864,19	0,00	1 864,19 D	1 864,19	0,00	1 864,19 D
4139	Outros investimentos fina	1 864,19	0,00	1 864,19 D	1 864,19	0,00	1 864,19 D
41391	Outros investimentos fina	1 864,19	0,00	1 864,19 D	1 864,19	0,00	1 864,19 D
4139101	FCT - Margarida Ribeiro	803,73	0,00	803,73 D	803,73	0,00	803,73 D

Balancete Geral (Período [Abertura - Dezembro] e Acumulado) - 2019

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Abertura - Dezembro				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
415103	FCT - Maria Margarida Ben	1 038,46	0,00	1 038,46 D	1 038,46	0,00	1 038,46 D
43	Activos fixos tangíveis	1 141 178,81	220 772,46	920 406,35 D	1 141 178,81	220 772,46	920 406,35 D
432	Edifícios e outras constr	35 262,00	0,00	35 262,00 D	35 262,00	0,00	35 262,00 D
4322	Obras em edifícios alheio	35 262,00	0,00	35 262,00 D	35 262,00	0,00	35 262,00 D
433	Equipamento básico	1 073 315,48	59 821,33	1 013 494,15 D	1 073 315,48	59 821,33	1 013 494,15 D
4331	Equip. básico - mercado n	1 073 315,48	59 821,33	1 013 494,15 D	1 073 315,48	59 821,33	1 013 494,15 D
4331.1	Instalações	1 073 315,48	59 821,33	1 013 494,15 D	1 073 315,48	59 821,33	1 013 494,15 D
4331.12	Portos de Carregamento Na	1 063 871,48	59 821,33	1 006 050,15 D	1 063 871,48	59 821,33	1 006 050,15 D
4331.19	Instalações não específicas	7 444,00	0,00	7 444,00 D	7 444,00	0,00	7 444,00 D
433	Equipamento administrativo	32 601,33	0,00	32 601,33 D	32 601,33	0,00	32 601,33 D
4331	Equip. admin. - MN	32 601,33	0,00	32 601,33 D	32 601,33	0,00	32 601,33 D
4331.1	Aparelhos e Máquinas Elec	20 534,59	0,00	20 534,59 D	20 534,59	0,00	20 534,59 D
4331.11	Aparelhos Som Imagem e Il	842,00	0,00	842,00 D	842,00	0,00	842,00 D
4331.12	Aparelhos de Comunicação	2 534,09	0,00	2 534,09 D	2 534,09	0,00	2 534,09 D
4331.13	Impressoras	235,00	0,00	235,00 D	235,00	0,00	235,00 D
4331.14	Computadores	13 400,50	0,00	13 400,50 D	13 400,50	0,00	13 400,50 D
4331.16	Televisores	991,00	0,00	991,00 D	991,00	0,00	991,00 D
4331.19	Diversos	552,00	0,00	552,00 D	552,00	0,00	552,00 D
4331.2	Aparelhos de Ar Condicion	3 950,00	0,00	3 950,00 D	3 950,00	0,00	3 950,00 D
4331.6	Mobiliário Diverso	8 096,74	0,00	8 096,74 D	8 096,74	0,00	8 096,74 D
438	Depreciações acumuladas	0,00	160 951,13	160 951,13 C	0,00	160 951,13	160 951,13 C
4381	Depreciações acumuladas-p	0,00	160 951,13	160 951,13 C	0,00	160 951,13	160 951,13 C
4381.2	Edifícios e outras constr	0,00	35 262,00	35 262,00 C	0,00	35 262,00	35 262,00 C
4381.3	Equipamento básico	0,00	104 106,27	104 106,27 C	0,00	104 106,27	104 106,27 C
4381.5	Equipamento administrativo	0,00	21 582,86	21 582,86 C	0,00	21 582,86	21 582,86 C
44	Activos intangíveis	8 416,00	4 675,55	3 740,45 D	8 416,00	4 675,55	3 740,45 D
443	Programas de computador	8 416,00	0,00	8 416,00 D	8 416,00	0,00	8 416,00 D
4431	Programas de computador -	8 416,00	0,00	8 416,00 D	8 416,00	0,00	8 416,00 D
4431.3	Programas de computador -	8 416,00	0,00	8 416,00 D	8 416,00	0,00	8 416,00 D
4431.33	Programas de computador -	8 416,00	0,00	8 416,00 D	8 416,00	0,00	8 416,00 D
448	Amortizações acumuladas	0,00	4 675,55	4 675,55 C	0,00	4 675,55	4 675,55 C
4481	Amortizações acumuladas-p	0,00	4 675,55	4 675,55 C	0,00	4 675,55	4 675,55 C
4481.3	Programas de computador	0,00	4 675,55	4 675,55 C	0,00	4 675,55	4 675,55 C
51	Capital	0,00	50 000,00	50 000,00 C	0,00	50 000,00	50 000,00 C
51.1	Capital	0,00	50 000,00	50 000,00 C	0,00	50 000,00	50 000,00 C
56	Resultados transferidos	223 639,07	2 711,10	220 927,97 D	223 639,07	2 711,10	220 927,97 D
561	Resultados transferidos	221 451,40	0,00	221 451,40 D	221 451,40	0,00	221 451,40 D
562	Ajustamento de transição	2 187,67	2 711,10	523,43 C	2 187,67	2 711,10	523,43 C
5621	Ativos Fixos Tangíveis	0,00	2 711,10	2 711,10 C	0,00	2 711,10	2 711,10 C
5622	Desreconhecimento A/D	2 187,67	0,00	2 187,67 D	2 187,67	0,00	2 187,67 D
59	Outras variações no capit	240 170,31	932 455,32	692 285,01 C	240 170,31	932 455,32	692 285,01 C
593	Subsídios	240 170,31	932 455,32	692 285,01 C	240 170,31	932 455,32	692 285,01 C
5931	Subsídios Atribuídos	46 400,57	922 711,14	876 310,17 C	46 400,57	922 711,14	876 310,17 C
5931.01	Fundo Ambiental Pastos	6 858,64	161 009,45	154 150,83 C	6 858,64	161 009,45	154 150,83 C
5931.02	POSEUR FC - REDE + MOBILE	0,00	305 088,75	305 088,75 C	0,00	305 088,75	305 088,75 C
5931.03	POSEUR FC - REDE MOBILE+AT	38 865,68	420 492,31	381 626,63 C	38 865,68	420 492,31	381 626,63 C
5931.04	Turismo de Portugal	0,00	23 570,00	23 570,00 C	0,00	23 570,00	23 570,00 C
5931.05	Fundo Ambiental Outros AF	676,65	12 550,59	11 873,94 C	676,65	12 550,59	11 873,94 C
5932	Ajustamentos em subsídios	153 769,34	9 744,18	184 025,16 D	153 769,34	9 744,18	184 025,16 D
62	Fornecimentos e serviços	1 963 367,52	128 691,87	1 834 675,65 D	1 963 367,52	128 691,87	1 834 675,65 D
621	Subcontratos	787 955,00	112 565,00	675 390,00 D	787 955,00	112 565,00	675 390,00 D
621.1	Subcontratos - mercado na	787 955,00	112 565,00	675 390,00 D	787 955,00	112 565,00	675 390,00 D
621.1.1	Subcontratos fechados -	787 955,00	112 565,00	675 390,00 D	787 955,00	112 565,00	675 390,00 D
621.1.13	Subcontratos - MN - IVA d	787 955,00	112 565,00	675 390,00 D	787 955,00	112 565,00	675 390,00 D
621.1.13.3	Subcontratos - MN - IVA 2	787 955,00	112 565,00	675 390,00 D	787 955,00	112 565,00	675 390,00 D
622	Serviços especializados	270 021,14	10 778,61	259 242,53 D	270 021,14	10 778,61	259 242,53 D
622.1	Trabalhos especializados	218 629,67	9 786,57	208 843,10 D	218 629,67	9 786,57	208 843,10 D
622.1.1	Trabalhos especializados	218 629,67	9 786,57	208 843,10 D	218 629,67	9 786,57	208 843,10 D
622.1.1.1	Trabalhos Financeiros MN	23 656,77	2 000,00	23 656,77 D	23 656,77	2 000,00	23 656,77 D
622.1.1.1.3	Trabalhos Financeiros MN	23 656,77	2 000,00	23 656,77 D	23 656,77	2 000,00	23 656,77 D
622.1.1.1.3.3	Trabalhos Financeiros MN	23 656,77	2 000,00	23 656,77 D	23 656,77	2 000,00	23 656,77 D
622.1.1.2	Trabalhos Médicos/Similaz	168,00	0,00	168,00 D	168,00	0,00	168,00 D
622.1.1.2.1	Trabalhos Médicos/Similaz	168,00	0,00	168,00 D	168,00	0,00	168,00 D

Balancete Geral (Período [Abertura - Dezembro] e Acumulado) - 2019

Valores em EUR

Lançamentos: «TODOS»

Abertura - Dezembro				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
622114	Trabalhos de Informática	7 033,90	0,00	7 033,90 D	7 033,90	0,00	7 033,90 D
6221143	Trabalhos de Informática	7 033,90	0,00	7 033,90 D	7 033,90	0,00	7 033,90 D
62211433	Trabalhos de Informática	7 033,90	0,00	7 033,90 D	7 033,90	0,00	7 033,90 D
622115	Trabalhos de Auditoria	11 400,00	0,00	11 400,00 D	11 400,00	0,00	11 400,00 D
6221153	Trabalhos de Auditoria -	11 400,00	0,00	11 400,00 D	11 400,00	0,00	11 400,00 D
62211533	Trabalhos de Auditoria -	11 400,00	0,00	11 400,00 D	11 400,00	0,00	11 400,00 D
622117	Serviços de Apoio - Call	84 766,62	7 786,37	76 980,03 D	84 766,62	7 786,37	76 980,03 D
6221173	Serviços de Apoio - Call	71 718,84	6 942,47	64 776,37 D	71 718,84	6 942,47	64 776,37 D
62211733	Serviços de Apoio - Call	71 718,84	6 942,47	64 776,37 D	71 718,84	6 942,47	64 776,37 D
6221175	Serviços de Apoio - Call	13 047,78	844,10	12 203,68 D	13 047,78	844,10	12 203,68 D
62211753	Serviços de Apoio - Call	13 047,78	844,10	12 203,68 D	13 047,78	844,10	12 203,68 D
622118	Outros Trabalhos	89 462,30	0,00	89 462,30 D	89 462,30	0,00	89 462,30 D
6221183	Outros Trabalhos - IVA de	89 462,30	0,00	89 462,30 D	89 462,30	0,00	89 462,30 D
62211833	Outros Trabalhos - IVA de	89 462,30	0,00	89 462,30 D	89 462,30	0,00	89 462,30 D
622118331	Consultoria Jurídica - IV	33 000,00	0,00	33 000,00 D	33 000,00	0,00	33 000,00 D
622118333	Outros - IVA ded 23%	56 462,30	0,00	56 462,30 D	56 462,30	0,00	56 462,30 D
62212	Trabalhos Especializado -	119,88	0,00	119,88 D	119,88	0,00	119,88 D
622124	Trabalhos de Informática	119,88	0,00	119,88 D	119,88	0,00	119,88 D
6221243	Trabalhos de Informática	119,88	0,00	119,88 D	119,88	0,00	119,88 D
6222	Publicidade e propaganda	3 402,30	0,00	3 402,30 D	3 402,30	0,00	3 402,30 D
62221	Publicidade e propaganda	3 402,30	0,00	3 402,30 D	3 402,30	0,00	3 402,30 D
622213	Publicidade e propaganda	3 402,30	0,00	3 402,30 D	3 402,30	0,00	3 402,30 D
6222133	Publicidade e propaganda	3 402,30	0,00	3 402,30 D	3 402,30	0,00	3 402,30 D
6226	Conservação e reparação	36 798,33	0,00	36 798,33 D	36 798,33	0,00	36 798,33 D
62261	Conservação e reparação m	36 798,33	0,00	36 798,33 D	36 798,33	0,00	36 798,33 D
622613	Conservação-equip. básico	36 487,14	0,00	36 487,14 D	36 487,14	0,00	36 487,14 D
6226133	Conservação-equip. básico	36 487,14	0,00	36 487,14 D	36 487,14	0,00	36 487,14 D
62261333	Conservação-equip. básico	36 487,14	0,00	36 487,14 D	36 487,14	0,00	36 487,14 D
622614	Conservação-equip. transp	130,09	0,00	130,09 D	130,09	0,00	130,09 D
6226141	Cons.-equip. transp.-acoi	130,09	0,00	130,09 D	130,09	0,00	130,09 D
62261411	Cons.-equip. transp.-acoi	130,09	0,00	130,09 D	130,09	0,00	130,09 D
622614112	Cons.-ET-acete tot. LP I	130,09	0,00	130,09 D	130,09	0,00	130,09 D
6226141123	Cons.-ET-acete tot. LP I	130,09	0,00	130,09 D	130,09	0,00	130,09 D
622615	Conservação - equip. adm	181,30	0,00	181,30 D	181,30	0,00	181,30 D
6226153	Conservação - equip. adm	181,30	0,00	181,30 D	181,30	0,00	181,30 D
62261533	Conservação - equip. adm	181,30	0,00	181,30 D	181,30	0,00	181,30 D
6229	Outros Serviços Espedali	5 190,44	992,04	8 198,40 D	5 190,44	992,04	8 198,40 D
62291133	Outros Serv. Esp- bc. Tor	5 012,04	977,34	8 034,30 D	5 012,04	977,34	8 034,30 D
622951	Serviços Bancários -Outro	178,40	14,30	163,90 D	178,40	14,30	163,90 D
623	Materiais	1 338,10	10,57	1 327,13 D	1 338,10	10,57	1 327,13 D
6231	Ferramentas e utensílios	337,92	0,00	337,92 D	337,92	0,00	337,92 D
62311	Ferr. e uten. desgaste ná	337,92	0,00	337,92 D	337,92	0,00	337,92 D
623115	Ferr. e uten. desgaste ná	337,92	0,00	337,92 D	337,92	0,00	337,92 D
6231133	Ferr. e uten. desgaste ná	337,92	0,00	337,92 D	337,92	0,00	337,92 D
6232	Livros e documentação téc	0,67	0,00	0,67 D	0,67	0,00	0,67 D
62321	Livros e documentação téc	0,67	0,00	0,67 D	0,67	0,00	0,67 D
623211	Livros e documentação téc	0,67	0,00	0,67 D	0,67	0,00	0,67 D
6233	Material de escritório	979,31	10,57	968,34 D	979,31	10,57	968,34 D
62331	Material de escritório -	979,31	10,57	968,34 D	979,31	10,57	968,34 D
623313	Material de escritório -	979,31	10,57	968,34 D	979,31	10,57	968,34 D
6233133	Material de escritório -	979,31	10,57	968,34 D	979,31	10,57	968,34 D
624	Energia e fluidos	819 345,23	1 683,49	817 659,76 D	819 345,23	1 683,49	817 659,76 D
6241	Electricidade	819 136,36	1 683,49	817 430,87 D	819 136,36	1 683,49	817 430,87 D
62411	Electricidade - Isenta IV	247,67	0,00	247,67 D	247,67	0,00	247,67 D
62413	Electricidade - IVA ded	818 888,69	1 683,49	817 203,20 D	818 888,69	1 683,49	817 203,20 D
624131	Contribuição Audiovisual	10 304,33	1 018,70	9 283,83 D	10 304,33	1 018,70	9 283,83 D
624132	Electricidade Visturas	339,98	0,00	339,98 D	339,98	0,00	339,98 D
624133	Electricidade - IVA ded 2	808 024,18	566,75	807 357,39 D	808 024,18	566,75	807 357,39 D
6243	Água	208,65	0,00	208,65 D	208,65	0,00	208,65 D
62431	Água - Isenta IVA	187,03	0,00	187,03 D	187,03	0,00	187,03 D
62432	Água - IVA n ded	21,84	0,00	21,84 D	21,84	0,00	21,84 D
624323	Água - IVA n ded 13%	21,84	0,00	21,84 D	21,84	0,00	21,84 D
625	Deslocações, estadas e tr	7 906,67	0,00	7 906,67 D	7 906,67	0,00	7 906,67 D

Balancete Geral (Período [Abertura - Dezembro] e Acumulado) - 2019

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Abertura - Dezembro				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
6211	Deslocações e estadas	7 906,67	0,00	7 906,67 D	7 906,67	0,00	7 906,67 D
62111	Desloc. e estadas - aceit	7 906,67	0,00	7 906,67 D	7 906,67	0,00	7 906,67 D
621111	Portagens	282,17	0,00	282,17 D	282,17	0,00	282,17 D
621112	Desloc. e estadas-Refeição	131,15	0,00	131,15 D	131,15	0,00	131,15 D
621113	Desloc. e estadas-Outras	4 877,23	0,00	4 877,23 D	4 877,23	0,00	4 877,23 D
62111301	Outras Deslocações	4 808,83	0,00	4 808,83 D	4 808,83	0,00	4 808,83 D
62111302	Outras Estadas	68,40	0,00	68,40 D	68,40	0,00	68,40 D
621113	Quilómetros em Viatura Pr	2 616,12	0,00	2 616,12 D	2 616,12	0,00	2 616,12 D
6211132	Com mapa próprio aceite f	2 616,12	0,00	2 616,12 D	2 616,12	0,00	2 616,12 D
626	Serviços diversos	76 601,36	3 651,80	72 949,56 D	76 601,36	3 651,80	72 949,56 D
6261	Rendas e alugueres	43 555,33	2 765,77	40 789,56 D	43 555,33	2 765,77	40 789,56 D
62611	Rendas de imóveis	26 516,24	2 240,00	26 676,24 D	26 516,24	2 240,00	26 676,24 D
62614	Aluguer de longa duração	14 599,59	525,77	14 073,82 D	14 599,59	525,77	14 073,82 D
626141	A.l.d. - aceite pela tota	14 599,59	525,77	14 073,82 D	14 599,59	525,77	14 073,82 D
6261411	ALD - Aceite pela totalid	14 599,59	525,77	14 073,82 D	14 599,59	525,77	14 073,82 D
62619	Outros alugueres	39,50	0,00	39,50 D	39,50	0,00	39,50 D
626192	Outros Alugueres - IVA n	39,50	0,00	39,50 D	39,50	0,00	39,50 D
6261923	Outros Alugueres - IVA n	39,50	0,00	39,50 D	39,50	0,00	39,50 D
6262	Comunicação - Merc Nacion	17 781,06	36,12	17 744,94 D	17 781,06	36,12	17 744,94 D
62621	Comunicação-despesas post	337,61	0,00	337,61 D	337,61	0,00	337,61 D
626211	Comunicação-despesas post	246,91	0,00	246,91 D	246,91	0,00	246,91 D
626213	Comunicação-despesas post	90,70	0,00	90,70 D	90,70	0,00	90,70 D
6262133	Comunicação-despesas post	90,70	0,00	90,70 D	90,70	0,00	90,70 D
62622	Comunicação-telefones e o	17 443,45	36,12	17 407,33 D	17 443,45	36,12	17 407,33 D
626223	Comunicação-telefones e o	17 443,45	36,12	17 407,33 D	17 443,45	36,12	17 407,33 D
6262233	Comunicação-telefones e o	9 849,51	16,50	9 833,01 D	9 849,51	16,50	9 833,01 D
6262236	Comunicação-M2M	7 593,54	19,62	7 573,92 D	7 593,54	19,62	7 573,92 D
6263	Seguros	3 317,55	298,59	3 018,96 D	3 317,55	298,59	3 018,96 D
62635	Seguros - ramo viaturas	535,53	66,53	865,00 D	535,53	66,53	865,00 D
626351	Seguros - r. viat-Lig Pa	535,53	66,53	865,00 D	535,53	66,53	865,00 D
62639	Outros	2 382,02	232,06	2 149,96 D	2 382,02	232,06	2 149,96 D
626391	Outros - aceite pela tota	2 382,02	232,06	2 149,96 D	2 382,02	232,06	2 149,96 D
6265	Contencioso e notariado	442,50	148,75	293,75 D	442,50	148,75	293,75 D
62651	Contencioso e notariado -	442,50	148,75	293,75 D	442,50	148,75	293,75 D
6266	Despesas de representação	2 533,55	0,00	2 533,55 D	2 533,55	0,00	2 533,55 D
62661	Desp. de rep. - aceites c	2 533,55	0,00	2 533,55 D	2 533,55	0,00	2 533,55 D
6267	Limpeza, higiene e confort	3 398,40	12,37	3 386,03 D	3 398,40	12,37	3 386,03 D
62671	Limpeza, higiene e confort	5,13	2,13	3,00 D	5,13	2,13	3,00 D
62672	Limpeza, higiene e confort	938,53	10,24	928,29 D	938,53	10,24	928,29 D
626722	Limpeza, higiene e confort	289,08	10,24	278,84 D	289,08	10,24	278,84 D
626723	Limpeza, higiene e confort	649,45	0,00	649,45 D	649,45	0,00	649,45 D
62673	Limpeza, higiene e confort	2 434,74	0,00	2 434,74 D	2 434,74	0,00	2 434,74 D
626733	Limpeza, higiene e confort	2 434,74	0,00	2 434,74 D	2 434,74	0,00	2 434,74 D
6269	Outros Serviços	5 572,97	390,20	4 682,40 D	5 572,97	390,20	4 682,40 D
62691	Outros Serv. - Isentos IV	5 072,50	390,20	4 682,40 D	5 072,50	390,20	4 682,40 D
626933	Outros Serv. - IVA ded 23	500,37	0,00	500,37 D	500,37	0,00	500,37 D
63	Gastos com o pessoal	496 686,02	64 758,63	431 927,37 D	496 686,02	64 758,63	431 927,37 D
631	Remunerações dos órgãos s	214 206,81	28 183,39	186 023,42 D	214 206,81	28 183,39	186 023,42 D
6311	Remunerações certas e pe	214 206,81	28 183,39	186 023,42 D	214 206,81	28 183,39	186 023,42 D
63111	Rem. - org. sociais - Remu	162 857,14	16 440,31	146 416,83 D	162 857,14	16 440,31	146 416,83 D
631112	Rem. - org. soc. - s. fér	23 450,20	11 743,06	11 707,12 D	23 450,20	11 743,06	11 707,12 D
631113	Rem. - org. soc. - s. nat	9 150,19	0,00	9 150,19 D	9 150,19	0,00	9 150,19 D
631114	Despesas de Representação	15 263,38	0,00	15 263,38 D	15 263,38	0,00	15 263,38 D
631115	Rem. - org. soc. - s. ali	2 251,44	0,00	2 251,44 D	2 251,44	0,00	2 251,44 D
63119	OS - Ajudas de custo c/ma	1 234,46	0,00	1 234,46 D	1 234,46	0,00	1 234,46 D
632	Remunerações do pessoal	173 666,99	21 540,00	152 126,99 D	173 666,99	21 540,00	152 126,99 D
6321	Remunerações certas e per	173 666,99	21 540,00	152 126,99 D	173 666,99	21 540,00	152 126,99 D
63211	Remuneração base	125 288,62	10 770,00	114 518,62 D	125 288,62	10 770,00	114 518,62 D
632111	Remunerações do pessoal-	125 288,62	10 770,00	114 518,62 D	125 288,62	10 770,00	114 518,62 D
63212	Remunerações do pessoal-	33 413,56	10 770,00	22 643,56 D	33 413,56	10 770,00	22 643,56 D
63213	Remunerações do pessoal-	10 770,00	0,00	10 770,00 D	10 770,00	0,00	10 770,00 D
63215	Remunerações do pessoal-	3 758,76	0,00	3 758,76 D	3 758,76	0,00	3 758,76 D
63219	Pezz. - Ajudas de Custo c	436,05	0,00	436,05 D	436,05	0,00	436,05 D

Balancete Geral (Período [Abertura - Dezembro] e Acumulado) - 2019

valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Abertura - Dezembro				Acumulado			
Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
634	Indemnizações	11 861,70	0,00	11 861,70 D	11 861,70	0,00	11 861,70 D
6341	Orçãos sociais e de gestão	11 861,70	0,00	11 861,70 D	11 861,70	0,00	11 861,70 D
635	Encargos sobre remuneraçõ	91 025,88	11 809,30	79 216,58 D	91 025,88	11 809,30	79 216,58 D
6351	Encargos s/remunerações-o	53 553,12	6 693,55	46 859,57 D	53 553,12	6 693,55	46 859,57 D
635101	Encargos s/remunerações-o	34 175,79	4 462,37	29 713,42 D	34 175,79	4 462,37	29 713,42 D
635102	Encargos s/remunerações-o	19 377,33	2 231,18	17 146,15 D	19 377,33	2 231,18	17 146,15 D
6352	Encargos s/remunerações-p	37 429,68	5 115,75	32 313,93 D	37 429,68	5 115,75	32 313,93 D
635201	Encargos s/remunerações-p	37 429,68	5 115,75	32 313,93 D	37 429,68	5 115,75	32 313,93 D
6359	Encargos s/remunerações -	43,08	0,00	43,08 D	43,08	0,00	43,08 D
636	Acidentes no trabalho e d	3 924,64	3 225,96	2 698,68 D	3 924,64	3 225,96	2 698,68 D
6363	Seguros de acidentes no t	3 924,64	3 225,96	2 698,68 D	3 924,64	3 225,96	2 698,68 D
63631	Seguros de acidentes no t	3 924,64	1 935,42	1 628,78 D	3 924,64	1 935,42	1 628,78 D
63632	Seguros de acidentes no t	2 360,44	1 290,54	1 069,90 D	2 360,44	1 290,54	1 069,90 D
64	Gastos de depreciação e d	66 066,32	0,00	66 066,32 D	66 066,32	0,00	66 066,32 D
642	Activos fixos tangíveis	63 260,99	0,00	63 260,99 D	63 260,99	0,00	63 260,99 D
6421	Activos fixos tangíveis-p	63 260,99	0,00	63 260,99 D	63 260,99	0,00	63 260,99 D
64213	Deprec-equipamento básico	58 058,64	0,00	58 058,64 D	58 058,64	0,00	58 058,64 D
64215	Deprec-equipamento admini	5 202,35	0,00	5 202,35 D	5 202,35	0,00	5 202,35 D
643	Activos intangíveis.	2 805,33	0,00	2 805,33 D	2 805,33	0,00	2 805,33 D
6431	Activos intangíveis - pró	2 805,33	0,00	2 805,33 D	2 805,33	0,00	2 805,33 D
64313	Programas de computador	2 805,33	0,00	2 805,33 D	2 805,33	0,00	2 805,33 D
65	Outros gastos e perdas	57 863,89	2,35	57 861,54 D	57 863,89	2,35	57 861,54 D
651	Impostos	236,29	2,04	234,25 D	236,29	2,04	234,25 D
6512	Impostos indirectos:	236,29	2,04	234,25 D	236,29	2,04	234,25 D
65122	Imposto s/ o valor acresc	229,15	1,46	227,69 D	229,15	1,46	227,69 D
651229	Imp s/ o valor acrescenta	229,15	1,46	227,69 D	229,15	1,46	227,69 D
65129	Imposto do selo	7,14	0,58	6,56 D	7,14	0,58	6,56 D
658	Outros	57 627,60	0,31	57 627,29 D	57 627,60	0,31	57 627,29 D
6581	Correcções relativas a pe	3 763,33	0,00	3 763,33 D	3 763,33	0,00	3 763,33 D
65811	Correcções relativas a pe	3 763,33	0,00	3 763,33 D	3 763,33	0,00	3 763,33 D
658111	Correcções relativas a pe	3 763,33	0,00	3 763,33 D	3 763,33	0,00	3 763,33 D
6582	Donativos	53 616,02	0,00	53 616,02 D	53 616,02	0,00	53 616,02 D
65829	Incentivo na Electricidad	53 616,02	0,00	53 616,02 D	53 616,02	0,00	53 616,02 D
6589	Outros não especificados	248,25	0,31	247,94 D	248,25	0,31	247,94 D
65891	Correntes	248,25	0,31	247,94 D	248,25	0,31	247,94 D
658915	Despesas mal documentadas	65,07	0,00	65,07 D	65,07	0,00	65,07 D
658917	Outras despesas n aceites	183,13	0,31	182,82 D	183,13	0,31	182,82 D
658919	Outros não especificados	0,05	0,00	0,05 D	0,05	0,00	0,05 D
69	Gastos e perdas de financ	47,91	0,00	47,91 D	47,91	0,00	47,91 D
691	Juros e encargos suportad	47,91	0,00	47,91 D	47,91	0,00	47,91 D
6913	Juros tributários	47,87	0,00	47,87 D	47,87	0,00	47,87 D
69132	Juros de mora	47,87	0,00	47,87 D	47,87	0,00	47,87 D
6918	Outros juros	0,04	0,00	0,04 D	0,04	0,00	0,04 D
69189	Outros	0,04	0,00	0,04 D	0,04	0,00	0,04 D
75	Subsídios à exploração *	206 935,28	2 822 180,00	2 615 244,72 C	206 935,28	2 822 180,00	2 615 244,72 C
751	Subsídios do Estado e out	206 935,28	2 822 180,00	2 615 244,72 C	206 935,28	2 822 180,00	2 615 244,72 C
75103	Fundo Ambiental	206 935,28	2 800 000,00	2 593 064,72 C	206 935,28	2 800 000,00	2 593 064,72 C
75107	Projecto PSA	0,00	22 180,00	22 180,00 C	0,00	22 180,00	22 180,00 C
78	Outros rendimentos e ganh	0,00	53 585,85	53 585,85 C	0,00	53 585,85	53 585,85 C
788	Outros	0,00	53 585,85	53 585,85 C	0,00	53 585,85	53 585,85 C
7881	Correcções relativas a pe	0,00	7 184,37	7 184,37 C	0,00	7 184,37	7 184,37 C
78811	Correcções relativas a pe	0,00	7 184,37	7 184,37 C	0,00	7 184,37	7 184,37 C
788111	Correcções relativas a pe	0,00	7 184,37	7 184,37 C	0,00	7 184,37	7 184,37 C
7883	Imputação de subsídios e	0,00	46 400,97	46 400,97 C	0,00	46 400,97	46 400,97 C
7889	Outros não especificados	0,00	0,51	0,51 C	0,00	0,51	0,51 C
78891	Correntes	0,00	0,51	0,51 C	0,00	0,51	0,51 C
81	Resultado líquido do perí	226 855,32	207 508,15	19 347,17 D	226 855,32	207 508,15	19 347,17 D
812	Imposto sobre o rendiment	19 347,17	0,00	19 347,17 D	19 347,17	0,00	19 347,17 D
8121	Imposto estimado para o p	19 347,17	0,00	19 347,17 D	19 347,17	0,00	19 347,17 D
818	Resultado líquido	207 508,15	207 508,15	0,00	207 508,15	207 508,15	0,00
Soma Líquida		63 812 370,07	61 294 359,29	2 518 010,78 D	63 812 370,07	61 294 359,29	2 518 010,78 D

Auc Rodrigues

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Mobi.E, SA, (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2.280.615 euros e um total de fundos próprios de 780.262 euros, incluindo um resultado líquido de 258.905 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Baía da Mobi.E, SA em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema Contabilístico para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 30 de setembro de 2020



CAIANO PEREIRA, ANA SANTOS, SOUSA GÓIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Luis Pedro Caiano Pereira, ROC n.º 842,
e registado na CMVM sob o n.º 20160467

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista Único,

Nos termos legais e estatutários, vem o Fiscal Único submeter à Vossa apreciação, o relatório sobre a atividade por si exercida bem como o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas da Mobi.E, SA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No decorrer do exercício o Fiscal Único desempenhou a ação fiscalizadora no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, através do acompanhamento dos atos de gestão praticados, reuniões com o Conselho de Administração e responsáveis pelos serviços e análise da documentação considerada relevante, tendo procedido à verificação da regularidade da escrituração contabilística, das políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras e da observância da lei e dos estatutos.

A Mobi.E, SA é uma sociedade anónima totalmente detida pelo Estado, que exerce a sua função acionista através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, integrando o perímetro orçamental do Estado enquanto entidade pública reclassificada atento o financiamento da sua atividade em 2018 e 2019 pelo Fundo Ambiental.

Assim, a Mobi.E está obrigada a prestar contas ao acionista nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC – AP), a cumprir com as obrigações definidas no Decreto-Lei 133/2013, que define o regime jurídico das empresas que integram o setor empresarial do estado, bem como a elaborar o seu orçamento, executar o mesmo e a prestar contas de tal execução à Direção Geral do Orçamento, nos termos da regras e procedimentos que regem o sistema de contabilidade pública orçamental e do Decreto- Lei 84/2019, de 28 de Junho (DLO2019).

Neste âmbito, cabe referir que:

- Devido à escassez de recursos humanos necessários ao cumprimento das obrigações legais a que está sujeita, a Mobi.E, SA não elaborou e não submeteu tempestivamente à aprovação do acionista único o Plano de Atividade e Orçamento para o ano de 2019 e para o triénio 2019 – 2021 nos termos das “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão 2019” transmitidas pela Direção Geral do Tesouro e Finanças através do Ofício Circular 5.500, de 22 de Novembro de 2018, pelo que o acionista não se pronunciou sobre tais documentos.
- A Mobi.E, SA submeteu à Direção Geral do Orçamento informação desmaterializada dos seus orçamentos e da sua execução na perspetiva da contabilidade pública orçamental e na perspetiva da contabilidade financeira (SNC -AP) através dos sistemas SIGO e SIRIEF.

- A Mobi.E não procedeu à apresentação ao acionista de relatórios de gestão trimestrais, de reporte da atividade desenvolvida e da execução do orçamento na perspetiva da contabilidade financeira, tal como definido no DL 133/2013.

No que respeita à atividade desenvolvida e reflexo económico da mesma cabe referir que:

- A Mobi.E, nos termos dos diversos instrumentos legais e orientações estratégicas definidas pelo Estado tem por missão o desenvolvimento do sistema de mobilidade elétrica em Portugal, desempenhando as funções de EGME – Entidade Gestora da Mobilidade Elétrica e, tendo simultaneamente a responsabilidade pela conclusão dos investimentos da “fase piloto” de tal sistema.
- Nos termos das orientações legais definidas, a atividade desenvolvida pela sociedade até 2019 (inclusive) não gerou quaisquer receitas próprias, já que com vista a um rápido aumento da utilização de tal sistema pelos utilizadores, o Estado definiu que até tal ano tal utilização seria gratuita, não se encontrando ainda definida pela ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e em vigor a tarifa de mobilidade elétrica a suportar pelos diversos operadores do sistema e que permitirá no futuro remunerar a atividade da Mobi.E enquanto EGME. Assim, o financiamento da atividade tem sido assegurado por recursos públicos através do Fundo Ambiental.

Por outro lado, a empresa não tem controlo sobre alguns dos gastos de maior significado na sua estrutura de custos, já que os mesmos dependem da evolução da procura do sistema (nomeadamente a energia consumida nos postos de carregamento das viaturas, que tem vindo a aumentar em função do aumento do número de utilizadores e de carregamentos efetuados) e da subcontratação de atividades de gestão do sistema a terceiros (nomeadamente a gestão da plataforma Mobi.me).

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da sociedade, e de acordo com o exigido no artº451 do Código das Sociedades Comerciais emitimos nesta data Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases, pelo que em nossa opinião o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Património Líquido e as respetivas notas anexas em 31 de Dezembro de 2019 se encontram em conformidade com as disposições legais e estatutárias e apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira da entidade naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública que integram o SNC – AP.

É nossa opinião que o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, apresenta uma exposição fiel da situação financeira da sociedade, da evolução da sua atividade, bem como dos principais factos ocorridos no exercício e da gestão exercida, bem como das perspetivas de desenvolvimento futuro.

O Relatório de Gestão contempla igualmente informação sobre o cumprimento de diversas orientações legais e dos objetivos estratégicos definidos pelo acionista para a sociedade, sendo nosso entendimento que o mesmo dá

adequado cumprimento ao exigido naquele diploma legal, pelo que expressamos a nossa concordância com a informação constante do Relatório de Gestão sobre tal matéria.

Contudo, a empresa não procedeu simultaneamente com a apresentação do Relatório de Gestão do exercício à apresentação do Relatório de Boas Práticas do Governo Societário previsto no nº1 do artigo 54º do Regime Jurídico do sector empresarial do estado, autónomo daquele relatório e sobre o qual nos teremos de pronunciar, pelo que deverá proceder à apresentação do mesmo com a maior brevidade.

No âmbito do disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e atento o solicitado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças no seu ofício SAI_DGTF/2020/770, de 11 de Março de 2020, apesar da inexistência de Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2019, informamos, tanto quanto é do nosso conhecimento, e no que respeita ao cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, que:

- A Mobi.E cumpriu com as orientações legais e com as instruções de elaboração do orçamento emitidas pela DGTF relativas às remunerações vigentes em 2019, apresentando-se os gastos com pessoal (ajustados dos gastos com indemnizações por rescisões de contratos) inferiores aos registados em 2018 em 3,2%, bem como cumpriu com o Estatuto do Gestor Público no que respeita às remunerações do Conselho de Administração.
- Apesar do aumento dos seus rendimentos de natureza operacional em 934 mil euros e do EBITDA em 485 mil euros, a Mobi.E não aferiu a melhoria da sua eficiência operacional através do rácio "(CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal)/ Volume de Negócios", tendo em conta que os rendimentos gerados respeitam a financiamento público da sua atividade (subsídios à exploração) e não a rendimentos gerados pelo exercício da atividade junto do mercado e que o critério de reconhecimento dos subsídios à exploração em 2019 teve em vista não só a cobertura dos gastos operacionais registados no ano mas também a cobertura do défice de exploração registado em 2018, com vista ao reequilíbrio da situação financeira da sociedade, critério que merece a nossa concordância.

Cabe referir que se registou aumento de 20,5% dos gastos operacionais (gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos) em 2019 que refletem o aumento de 398 mil euros (+27,7%) registado na rubrica de fornecimentos e serviços externos, coincidente com o aumento registado nos gastos com energia dos postos de carregamento suportados pela Mobi.E de acordo com as orientações legais definidas. Para além da empresa não ter qualquer controlo sobre tais gastos, é de salientar que o seu aumento reflete crescimento significativo da utilização do sistema de mobilidade elétrica, crescimento que constitui um dos principais objetivos estratégicos definidos pelo Estado português.

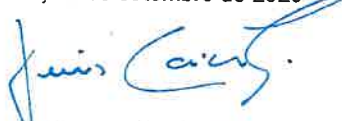
Assim, atento apenas o crescimento dos gastos operacionais, por inadequação da aplicação do rácio legalmente definido para aferição da melhoria de tal eficiência à realidade da empresa, conclui-se que a Mobi.E não cumpriu com a orientação legal de melhoria da eficiência operacional, incumprimento que em nossa opinião deve obter a aceitação do acionista atento o referido no parágrafo anterior.

- A Mobi.E cumpriu com as restrições dos gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel, que registaram diminuição de 16,1% face a 2018.
- A Mobi.E incumpriu com as restrições de aumento dos gastos com estudos, pareceres e consultoria, que registaram aumento de 6,2% face a 2018, que se justifica por diversos processos estratégicos que decorreram em 2019, nomeadamente o processo de concessão a privados da operação dos postos de carregamento normal integrantes da rede Mob.E (concessão que ocorreu já em 2020) e que exigiu o recurso a consultores e assessores externos, nomeadamente na área jurídica.
- A Mobi.E cumpriu com o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, ao qual a empresa se encontra obrigada pelos artigos 28º do RJSPE e 86º da Lei 7-A/2016, uma vez que em 31 de dezembro de 2019 mantinha a totalidade das suas disponibilidades e aplicações financeiras junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP (IGCP, E.P.E.).
- A Mobi.E não procedeu à elaboração e preparação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres (igualdade de género) e ao relatório anual sobre prevenção da corrupção, a cuja elaboração está obrigada, recomendando-se que supere tais lacunas com a maior brevidade.

Perante o exposto o Fiscal Único é de parecer que:

- a) Sejam aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- b) Seja aprovada a proposta de distribuição do Resultado Líquido do exercício, de 258.904,61 € (duzentos e cinquenta e oito mil, novecentos e quatro euros e sessenta e um centimos), apresentada pelo Conselho de Administração, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias:
 - Constituição de Reserva Legal: € 12.945,23 € (doze mil, novecentos e quarenta e cinco euros e vinte e três centimos);
 - Transferência para Resultados Transitados: € 245 959,38 € (duzentos e quarenta e cinco mil e novecentos e cinquenta e nove euros e trinta e oito centimos).

Lisboa, 30 de setembro de 2020



CAIANO PEREIRA, ANA SANTOS, SOUSA GÓIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Luís Pedro Caiano Pereira, ROC n.º 842,
e registado na CMVM sob o n.º 20160467